



**Juliana Gorete
Tavares Veiga**

**O Relatório de Auditoria e as Diferenças de
Expectativas em Auditoria: Recentes Alterações**



**Juliana Gorete
Tavares Veiga**

O Relatório de Auditoria e as Diferenças de Expectativas em Auditoria: Recentes Alterações

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade - Ramo Auditoria, realizada sob a orientação científica do Mestre Davide Ribeiro, Professor Assistente Convidado da Universidade de Aveiro, e sob a coorientação da Doutora Professora Helena Inácio, Professora Adjunta da Universidade de Aveiro.

Para e por ti Francisca...

"It could be argued that as long as there is doubt about the meaning of the words - true and fair view - an expectation gap will exist"

(Gray & Manson, 2005, p. 660)

O júri

Presidente

Professor Doutor João Francisco Carvalho de Sousa
Professor Adjunto da Universidade de Aveiro

Orientador

Mestre Davide Alexandre Henriques Ribeiro
Professor Assistente Convidado da Universidade de Aveiro

Arguente

Professora Doutora Cristina Maria Gabriel Gonçalves Góis
Professora Coordenadora do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra

Agradecimentos

Em primeiro lugar, quero agradecer aos orientadores deste trabalho, a Professora Doutora Helena Inácio e o Mestre Davide Ribeiro, pela profunda dedicação a este trabalho, assim como toda a paciência, perfeccionismo e disponibilidade demonstrada.

A todos os analistas financeiros, revisores oficiais de contas e gestores inquiridos, quero deixar um forte agradecimento pela disponibilidade prestada no âmbito das entrevistas presenciais, assim como no preenchimento do questionário, a vossa colaboração foi crucial para esta dissertação.

Não posso deixar de agradecer aos funcionários da biblioteca do Instituto Superior de Contabilidade de Aveiro, especialmente à Doutora Maria do Céu, por todo o apoio prestado e até mesmo pelas palavras de motivação.

De igual modo, um obrigado ao Professor Sérgio dos Santos Barreto pela sua contribuição e disponibilidade constante em esclarecer as dúvidas por mim apresentadas.

Um obrigado aos meus colegas de curso pelo companheirismo e por me fazerem acreditar que seria possível.

Por fim, quero deixar um grande agradecimento à minha família, em especial ao Paulo e à Francisca, por terem compreendido a minha ausência em vários momentos e pelo incansável apoio.

Sem vocês este trabalho não seria possível! Bem hajam!

Palavras-chave

Relatório de Auditoria; Normas Internacionais de Auditoria; Diferenças de Expectativas em Auditoria; Teoria da Agência.

Resumo

Vários esforços têm sido feitos para restabelecer a confiança dos utilizadores das demonstrações financeiras, principalmente após os grandes escândalos financeiros no início do século XXI.

Assim, estão previstas alterações para o relatório de auditoria, quer por força da transposição de normativos europeus, que remetem para a utilização direta das *International Standard on Auditing*, quer por exigências nacionais adicionais. O objetivo principal destas alterações é aumentar o valor informativo do relatório, sendo uma tentativa de redução das diferenças de expectativas em auditoria, isto é o desfasamento entre o que a sociedade espera da auditoria e os resultados desta.

A determinação do impacto destas alterações na realidade portuguesa torna-se assim aliciente. Desta forma, o objetivo geral do estudo é aferir o efeito esperado das alterações previstas para o relatório de auditoria no estreitamento das diferenças de expectativas, à luz da teoria da agência.

A partir da análise quantitativa dos questionários e da análise de conteúdo das entrevistas *face-to-face* realizadas a analistas financeiros, revisores oficiais de contas e gestores, obteve-se evidência que na perceção dos inquiridos, as alterações previstas para o relatório de auditoria têm um efeito positivo na redução das expectativas em auditoria em Portugal.

Keywords

Audit Report; International Standard on Auditing; Audit Expectation Gap; Agency Theory.

Abstract

Several efforts have been made to restore the confidence of users of financial statements, especially after the huge financial scandals in the early twenty-first century.

Thus, they are planned changes to the audit report, either on the transposition of European regulations, which refer to the direct use of the International Standard on Auditing, or by additional national requirements. The main purpose of these changes is to increase the informational value of the report, and it is therefore an attempt to reduce differences in expectations for audit, that is the gap between what society expects of the audit and the results thereof.

The determination of the impact of these changes on the Portuguese reality thus becomes attractive. Therefore, the overall objective of the study is to assess the expected effect of the changes planned for the audit report in narrowing the audit expectation gap, in light of agency theory.

From the quantitative analysis of questionnaires and content analysis of face-to-face interviews with financial analysts, auditors and chief executive officers, we obtained evidence that in perception of respondents, the planned changes to the audit report have a positive effect in reducing the audit expectation gap in Portugal.

ÍNDICE

LISTA DE FIGURAS	III
LISTA DE GRÁFICOS	V
LISTA DE QUADROS	VII
LISTA DE ABREVIATURAS	IX
INTRODUÇÃO	1
II - REVISÃO DA LITERATURA	3
2.1. AS DIFERENÇAS DE EXPECTATIVAS EM AUDITORIA.....	3
2.1.1. Definição das diferenças de expectativas	3
2.1.2. Teorias relacionadas com a auditoria.....	6
2.1.3. Respostas às diferenças de expectativas em auditoria	8
2.2. O RELATÓRIO DE AUDITORIA	11
2.2.1. O atual modelo do relatório	12
2.2.1.1. De acordo com as ISA	12
2.2.1.2. O modelo português.....	13
2.2.2. As alterações aprovadas	16
2.2.2.1. De acordo com as ISA	16
2.2.2.1.1. Alterações apenas para os relatórios das empresas cotadas.....	17
2.2.2.1.2. Alterações para todos os relatórios	18
2.2.2.1.3. Resumo das alterações de acordo com as ISA.....	22
2.2.2.2. O modelo português.....	22
2.3. ANÁLISE DE ESTUDOS REALIZADOS.....	27
III - METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	37
3.1. Objetivos e questões de investigação do estudo	37
3.2. Metodologia e técnicas de recolha de dados.....	40
3.3. Seleção e caracterização da amostra	42
IV - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	47
4.1. ALTERAÇÕES PREVISTAS PARA TODAS AS CLC	47

4.1.1. Alteração de posicionamento da opinião	47
4.1.2. Alterações na base de opinião.....	49
4.1.3. Alterações no parágrafo das responsabilidades do auditor	51
4.1.3.1. Esclarecimentos e definições propostas	51
4.1.3.2. Clarificação das responsabilidades do auditor.....	54
4.1.4. Reforço da importância da continuidade	57
4.1.5. Parecer sobre o relatório de governo societário.....	59
4.2. ALTERAÇÕES PREVISTAS PARA A CLC DAS EIP	60
4.3. ANÁLISE GLOBAL DOS RESULTADOS	63
V - CONCLUSÕES.....	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	73
ANEXO A: QUESTIONÁRIO.....	77
ANEXO B: FREQUÊNCIAS ABSOLUTAS E RELATIVAS – GLOBAIS	80
ANEXO C: FREQUÊNCIAS ABSOLUTAS E RELATIVAS – ANALISTAS	81
ANEXO D: FREQUÊNCIAS ABSOLUTAS E RELATIVAS – ROC	82
ANEXO E: FREQUÊNCIAS ABSOLUTAS E RELATIVAS – CEO.....	83
ANEXO F: CORRELAÇÕES DE SPEARMAN – RESULTADOS GLOBAIS	84

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: As componentes estruturais das diferenças de expectativas	6
Figura 2: As potenciais soluções para reduzir as diferenças de expectativas.....	11
Figura 3: O modelo atual versus o modelo previsto.....	26
Figura 4: As alterações ao conteúdo da CLC	27

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Idade dos inquiridos	45
Gráfico 2: Género dos inquiridos	45
Gráfico 3: Experiência profissional dos inquiridos	45
Gráfico 4: Habilitações literárias dos inquiridos	46
Gráfico 5: Área de formação dos inquiridos	46
Gráfico 6: <i>Boxplot</i> -As alterações mais apoiadas pelos inquiridos	65
Gráfico 7: <i>Boxplot</i> -As alterações menos apoiadas pelos inquiridos	66
Gráfico 8: A alteração mais apoiada versus a menos apoiada.....	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Correspondência entre as questões de investigação e as questões do questionário	42
Quadro 2: A amostra da investigação.....	44
Quadro 3: A taxa de resposta dos questionários estruturados	44
Quadro 4: Resultados para a alteração de posicionamento da opinião.....	48
Quadro 5: Resultados para a base da opinião	49
Quadro 6: Resultados para os esclarecimentos e definições propostas	52
Quadro 7: Resultados para a clarificação das responsabilidades do auditor	54
Quadro 8: Resultados para as questões relacionadas com a importância da continuidade .	57
Quadro 9: Resultados para a questão relativa ao parecer sobre o relatório de governo societário.....	59
Quadro 10: Resultados para as alterações na CLC das EIP	61
Quadro 11: Correlações de Spearman	64

LISTA DE ABREVIATURAS

CE - Comissão Europeia

CEO - *Chief Executive Officer*

CLC - Certificação Legal das Contas

CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

DF - Demonstrações Financeiras

DL - Decreto - Lei

EIP - Entidades de Interesse Público

EOROC - Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

FRC - *Financial Reporting Council*

IAASB - *International Auditing and Assurance Standards Board*

ISA - *International Standards on Auditing*

KAM - *Key Audit Matters*

OROC - Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

PCAOB - *Public Company Accounting Oversight Board*

ROC - Revisores Oficiais de Contas

SROC - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

UE - União Europeia

Introdução

A profissão de auditoria encontra-se na mira de severas críticas por parte dos utilizadores da informação financeira, em consequência dos escândalos financeiros que ocorreram no início do século XXI e por outro lado pela existência de um desfasamento entre o que a sociedade espera de uma auditoria e os resultados desta, isto é a existência de diferenças de expectativas em auditoria, fenómeno persistente ao longo dos anos.

Na tentativa de diminuir este desfasamento e assim restabelecer a confiança dos utilizadores, vários investigadores e organismos profissionais têm dado ênfase à melhoria do valor informativo do relatório de auditoria.

Desta forma, estão previstas alterações para o modelo da Certificação Legal das Contas (CLC), quer por força da transposição de recentes normativos europeus que remetem para a aplicação direta das novas e revistas *International Standard on Auditing* (ISA), quer por exigências nacionais adicionais.

Esta investigação pretende, assim, contribuir para a determinação da eficácia destas alterações na comunicação e na qualidade do *output* do trabalho do auditor, sendo o objetivo geral do estudo aferir o efeito esperado das alterações previstas para o relatório de auditoria no estreitamento das diferenças de expectativas, à luz da teoria da agência.

Através da condução de entrevistas *face-to-face* e da realização de questionários estruturados a três grupos de partes interessadas do relatório de auditoria: Revisores Oficiais de Contas (ROC), *Chief Executive Officers* (CEO) - os responsáveis pelas Demonstrações Financeiras (DF), e analistas financeiros inscritos na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), pretendemos aferir se as alterações previstas têm um efeito positivo na redução das diferenças de expectativas em auditoria.

O presente trabalho após esta introdução apresenta a revisão da literatura (capítulo II), contendo a definição das diferenças das expectativas em auditoria, assim como o modelo previsto para a CLC, terminando com a análise de estudos científicos sobre o tema em estudo. No capítulo da metodologia de investigação (capítulo III) é apresentado o caminho usado em termos de métodos e técnicas utilizadas para responder ao objetivo principal do estudo. De seguida, no capítulo sobre a apresentação e discussão dos resultados (capítulo

IV), são analisados os resultados obtidos, apresentando os mesmos no capítulo das conclusões (capítulo V), incluindo ainda as limitações do estudo e propostas de investigação futura.

II - Revisão da literatura

O presente capítulo está dividido em três partes, sendo que inicialmente se apresenta a definição das diferenças de expectativas em auditoria, seguida da análise do modelo atual e das alterações aprovadas para o relatório de auditoria, e por último é exposta a análise de estudos relevantes sobre a temática.

2.1. As diferenças de expectativas em auditoria

2.1.1. Definição das diferenças de expectativas

O termo diferenças de expectativas em auditoria começou a ser utilizado por Liggio, sendo definido por ele como a “diferença entre o nível de desempenho previsto pelo auditor independente e o desempenho que o utilizador das DF espera verificar [tradução própria] (Liggio, 1974 p. 27)”.

Segundo este autor, as diferenças de expectativas em auditoria estão no centro do criticismo da profissão, afirmando que o ambiente litigioso drasticamente se estreita quando as diferenças de expectativas diminuem e os níveis de expectativas são estabelecidos como diretrizes para a conduta profissional.

Porém, são várias as definições e o *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) (organismo de normalização independente que serve o interesse público através da criação das ISA) considera que as diferenças de expectativas em auditoria resultam do desfasamento entre o que os utilizadores esperam do auditor e da auditoria às DF, e a realidade do que uma auditoria é.

Por outro lado, Porter (1993) afirma que este fenómeno pode ser entendido como uma divergência quanto ao papel que deve ser desempenhado pelo auditor, em que se confrontam os pontos de vista dos utilizadores das DF auditadas e o que estes esperam duma auditoria, com o ponto de vista dos auditores quanto ao que estes pensam ser o objetivo da auditoria.

Segundo esta autora, as diferenças de expectativas em auditoria têm duas grandes componentes estruturais, as diferenças de razoabilidade e as diferenças de desempenho, sendo que esta por sua vez se divide em normas inadequadas e desempenho inadequado.

A diferença de razoabilidade consiste na diferença de expectativas entre o que o público espera que o auditor alcance e o que este pode razoavelmente realizar. Segunda a autora, esta diferença existe devido ao facto dos utilizadores desconhecerem as limitações de uma auditoria, como por exemplo que o trabalho é efetuado por amostragem e condicionado ao nível de materialidade aplicado. Assim, os utilizadores esperam de uma auditoria muito mais do que esta pode efetivamente proporcionar.

A diferença de desempenho consiste no desfasamento entre o que o público pode razoavelmente esperar que os auditores realizem, e a perceção do público em relação ao desempenho do auditor. Como já referido, Porter (1993) dividiu ainda esta componente em duas diferenças:

- ✓ Normas inadequadas: a diferença entre o que razoavelmente se pode esperar dos auditores e os deveres do auditor ditados pelas leis e regulamentos da profissão de auditoria. Refere-se, portanto, à forma como as normas e regulamentos profissionais condicionam a função da auditoria e o seu papel.
- ✓ Desempenho inadequado: a diferença entre o desempenho que os auditores deveriam ter à luz das leis e regulamentos profissionais e a perceção que o público tem do desempenho do auditor. Assim, o desempenho inadequado está relacionado com a falta de zelo profissional e competência técnica exigível ao auditor.

Ainda no referido estudo, a autora obteve evidência do peso em percentagem que cada uma das componentes tem na origem das diferenças de expectativas. Assim, à data do estudo, o desempenho inadequado tem um peso de 16% na origem desta problemática, as diferenças de razoabilidade 34% e por fim as normas inadequadas tem uma responsabilidade de 50% na existência da referida diferença.

Gray e Manson (2005) ampliaram o trabalho de Porter (1993) apresentando razões para o desempenho inadequado, normas inadequadas e para as expectativas pouco razoáveis. Neste contexto, no que respeita ao desempenho inadequado os autores enumeram duas razões: a falta de competência e a falta de independência do auditor.

Assim, segundo estes autores, a falta de competência está associada à falta de conhecimento, falta de experiência ou falta de interesse, na medida em que os auditores revelam algum desconhecimento sobre os seus deveres. Por outro lado, a independência do

auditor pode ser colocada em causa por diversos fatores como, possíveis pressões por parte dos administradores, ocultação de informação, bem como pelo peso que os honorários de determinado cliente tenham na totalidade de receitas da empresa de auditoria.

A falta de independência da profissão também foi indicada por Gray e Manson (2005) como causa da existência de normas inadequadas, afirmando que, um maior rigor nas normas pode surtir algum efeito negativo contra os auditores e assim provocar a introdução tardia das mesmas por parte dos reguladores profissionais de auditoria.

Por outro lado, segundo Gray e Manson (2005), as razões para a existência de expectativas pouco razoáveis são a clarificação do papel do auditor e as mudanças tecnológicas. Assim, se o papel do auditor for clarificado, rapidamente as expectativas dos utilizadores se tornam mais razoáveis. Por outro lado, inovações na área tecnológica poderiam permitir que todas as transações fossem auditadas, deixando para trás o trabalho do auditor com base em amostragens. No entanto, é de salientar que mesmo que se passasse a efetuar a verificação de todas as transações o auditor ainda podia falhar, pois o risco de auditoria contém vários componentes que dificilmente se conseguiriam eliminar na totalidade.

Nas últimas duas décadas, muito pouco foi acrescentado à estrutura definida por Porter. Porém, muito recentemente, na Hungria, Fülöp (2015) introduziu uma nova componente estrutural ao esquema de Porter (1993). Assim, para além das diferenças de razoabilidade e das diferenças de desempenho, foi introduzida por Fülöp a designada componente das diferenças de interpretação constituindo esta a maior alteração ao modelo de Porter. Esta componente é definida pelo autor como sendo a diferença existente na interpretação dos resultados da auditoria, entre os auditores e os diferentes utilizadores.

Refira-se que segundo Fülöp (2015), as interpretações erradas sobre termos específicos pelas diferentes partes interessadas no relatório de auditoria, contribuem para a existência de diferenças de expectativas. O autor obteve evidência de que as diferentes partes interessadas interpretam erroneamente os resultados de uma auditoria, assim como as normas relacionadas com o relatório de auditoria pelas quais os auditores se regem.

Assim, atendendo aos contributos de Porter (1993), Gray e Manson (2005) e Fülöp (2015) a figura 1 apresenta uma visão abrangente sobre a estrutura das diferenças de expectativas.

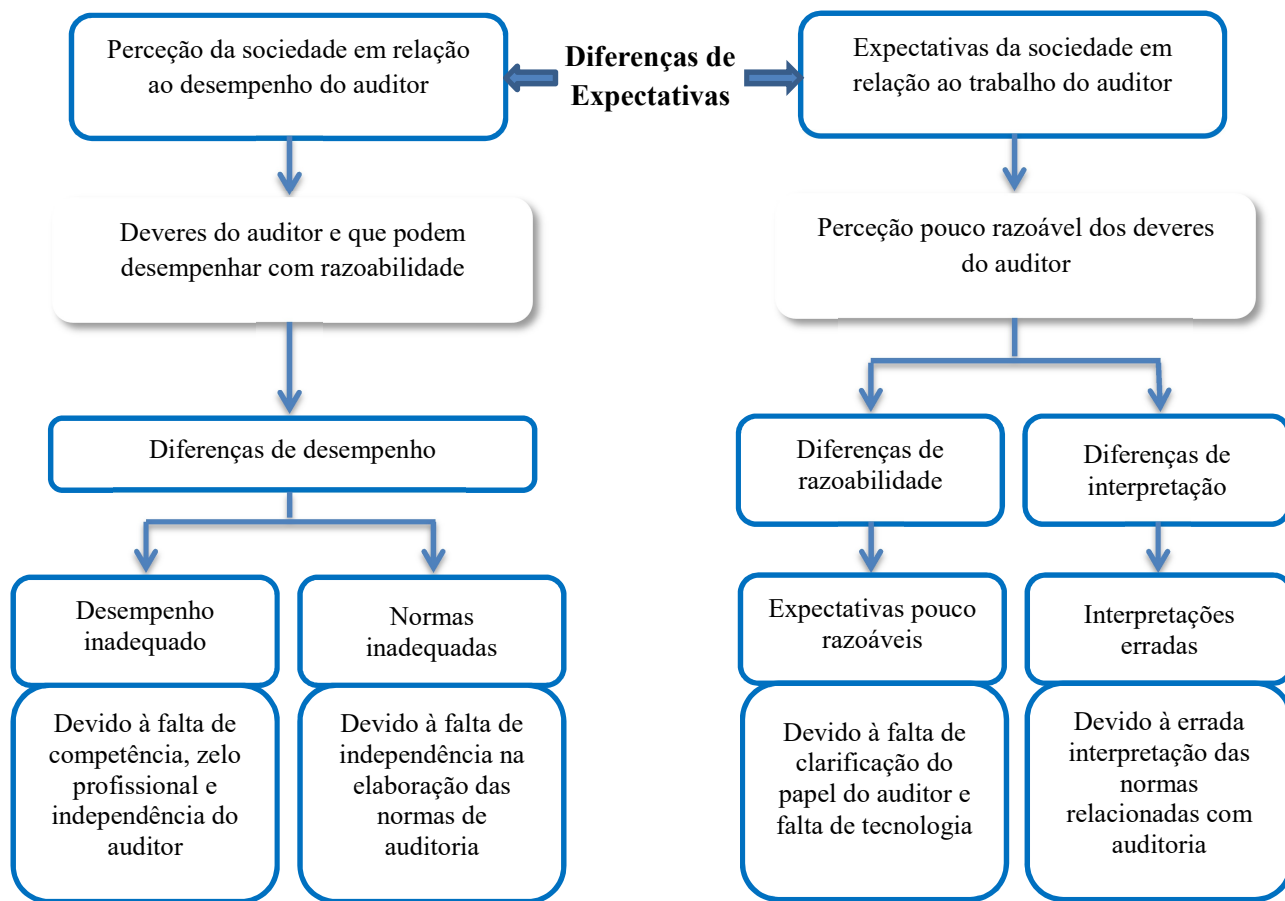


Figura 1: As componentes estruturais das diferenças de expectativas

2.1.2. Teorias relacionadas com a auditoria

As teorias da informação e comunicação foram desenvolvidas por Shannon e Weaver (1949) sob uma abordagem matemática, inicialmente com a finalidade de resolver problemas relacionados com telecomunicações. Posteriormente foram aplicadas a diversas áreas, entre elas as áreas da contabilidade e auditoria, sendo que podem ser facilmente confundidas uma com a outra.

Assim, a teoria da informação pressupõe a produção de informação financeira fiável e relevante para o processo de decisão do investidor e a credibilização da informação financeira produzida e divulgada. A natureza da informação, como por exemplo a sua tempestividade e correção, é fundamental no processo de decisão dos potenciais utilizadores, tendo em conta o princípio de que todas as empresas necessitam de apresentar uma informação financeira fiável e relevante.

Já a teoria da comunicação, no âmbito da auditoria está relacionada com a capacidade comunicativa da informação financeira, para que haja uma compreensão adequada da mesma por parte dos utilizadores. Refira-se que em termos gerais a comunicação pode ser definida como a transparência de informações de uma determinada fonte para um recetor, devendo ser um processo eficaz.

Por outro lado, segundo Gray e Manson (2005), a problemática do governo das sociedades está muito associada com o fenómeno das diferenças de expectativas em auditoria, visto a auditoria fazer parte de um conjunto de estruturas de controlo abrangidas pelo governo das sociedades, impostas endógena e exogenamente, para controlar a gestão das empresas quanto à sua eficiência e eficácia.

Segundo estes autores, os princípios de um bom governo das sociedades pautam algumas regras para a gestão, tais como: i) apresentar a situação da empresa de uma forma perceptível e equilibrada, bem como informações prospetivas; ii) manter um controlo interno eficaz para salvaguardar o investimento dos acionistas e os ativos da sociedade; e por fim iii) estabelecer de uma forma transparente um plano de princípios gerais aplicados às DF, aos sistemas de controlo interno e às relações com os auditores externos.

Assim, as regras do governo das sociedades impõem que os gestores informem sobre os diversos assuntos em relação aos quais os auditores têm de emitir uma opinião, sendo-lhes atribuído deveres acrescidos na produção e divulgação da informação financeira. Atendendo à filosofia de controlo da auditoria, esta surge inserida no amplo sentido do governo das sociedades.

Por sua vez, Jensen e Meckling (1976) definem a relação de agência como sendo um contrato sob o qual uma ou mais pessoas (o principal) incumbem a outra pessoa (o agente) de realizar algum tipo de serviços em seu favor, envolvendo a delegação ao agente de alguma autoridade para tomar decisões.

Neste contexto, esta teoria está relacionada com a separação entre a propriedade e a gestão das empresas, uma vez que o principal e o agente têm diferentes objetivos e atitudes, e tem como ideia subjacente os problemas de assimetria de informação entre ambas as partes, sendo necessária a monitorização do agente. Assim, o principal meio de controlar os agentes surge através do controlo das contas anuais e através da certificação destas mesmas

contas, sendo o papel da auditoria na diminuição desta assimetria, remover dúvidas, validar desempenhos e comportamentos do agente, ou seja validar a informação financeira produzida e divulgada pelos agentes, tendo subjacente as relações de agência.

Assim, quer a auditoria quer o governo das sociedades são meios de controlo e uma forma de facultar segurança aos utilizadores, por contribuírem para que a informação prestada seja fiável, relevante e compreensível. Desta forma, e segundo Almeida e Silva (2013), a teoria da agência é eleita como a síntese integradora e unificadora das diferentes teorias explicativas da auditoria, englobando quer a teoria da informação e comunicação, quer a teoria do governo das sociedades.

O relatório de auditoria como meio de comunicação entre o auditor e os *stakeholders* é, assim, fundamental para que a informação seja adequadamente compreendida.

2.1.3. Respostas às diferenças de expectativas em auditoria

Com o objetivo de restabelecer a confiança dos utilizadores da informação financeira após os grandes escândalos no início do século XXI, foi aprovada e publicada em 2002 a lei “*Sarbanes-Oxley Act*” reforçando assim a independência do auditor, a autorregulamentação e a limitação aos serviços prestados (*Securities and Exchange Commission*, 2002). Esta lei, apesar de ser essencialmente dirigida às entidades cotadas nas bolsas de valores norte americanas, influenciou outros mercados e outras entidades sentiram-se pressionadas a cumprir as exigências da mesma.

Por outro lado, a Comissão Europeia (CE), de igual forma, reagiu na sequência da falência de várias instituições de crédito em 2006, publicando o Livro Verde sobre a “Política de auditoria: as lições da crise” (CE, 2010). Neste documento a CE assume que os *stakeholders* podem desconhecer as limitações de auditoria, como por exemplo a amostragem e o risco de auditoria, criando assim as diferenças de expectativa que não se têm conseguido diminuir.

Com a publicação deste livro, dá-se início a uma reforma na revisão legal de contas da União Europeia (UE), sendo que em 2011, a CE divulgou algumas propostas, incluindo a revisão da diretiva de auditoria aplicável a todas as revisões legais de contas na UE e um regulamento aplicável apenas à revisão legal de contas das Entidades de Interesse Público

(EIP). Em 2014, estes dois textos foram aprovados trazendo grandes alterações tanto à profissão de auditoria, como à forma e conteúdo do relatório de auditoria (*Diretiva 2014/56/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014*, 2014, *Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014*, 2014).

Estes normativos são objeto de estudo desta investigação e serão referidos com maior detalhe no ponto 2.2.2.2, porém refira-se que os esforços são no sentido de aprimorar a independência do auditor e da profissão, a clarificação do seu trabalho e do processo de auditoria, assim como a expansão do relatório de auditoria em termos de divulgações e comunicação, de forma a aumentar o valor informativo do mesmo.

Se verificarmos, estes esforços vão ao encontro das várias componentes das diferenças de expectativas referidas no ponto 2.1.1, normas inadequadas, desempenho inadequado, expectativas pouco razoáveis dos utilizadores, assim como uma interpretação errada das DF e do relatório de auditoria, ou seja, existem tanto da parte do auditor como da parte dos utilizadores da informação, aspetos a melhorar.

Ainda assim, vários estudos demonstram, como veremos no ponto 2.3, que as diferenças de expectativas teimam em persistir apesar de todos os esforços dos organismos reguladores. Desta forma, são apontadas como principais causas para a existência das diferenças de expectativas: i) a complicada natureza da função de auditoria; ii) os papéis conflitantes dos auditores; iii) a avaliação do desempenho do auditor à posteriori; iv) o desfasamento das respostas às mudanças das expectativas; v) a autorregulamentação da profissão de auditoria; e vi) o desconhecimento e as expectativas pouco razoáveis dos utilizadores relativamente ao relatório de auditoria.

De acordo com vários autores, algumas das soluções propostas para diminuir as diferenças de expectativas em auditoria passam pela:

1. Educação dos utilizadores quanto à natureza do processo de auditoria (Gray, Turner, Coram, & Mock, 2011; Wolf, Tackett, & Claypool, 1999);
2. Educação dos utilizadores quanto às terminologias e conceitos usados, nomeadamente fiabilidade, materialidade, segurança razoável, amostragem e “true

- and fair view*” (Gray *et al.*, 2011; Koh & Woo, 1998; McEnroe & Martens, 2001; Wolf *et al.*, 1999);
3. Expansão do relatório de auditoria, no que diz respeito à explicação dos objetivos do auditor e ao trabalho efetuado para obter as conclusões e emitir uma opinião (Almeida & Colomina, 2008; Chong & Pflugrath, 2008; Gray *et al.*, 2011; Koh & Woo, 1998; Okafor & Otalor, 2013);
 4. Expansão e clarificação das responsabilidades do auditor, principalmente no que respeita à deteção de fraude e erros, controlo interno, materialidade, segurança razoável, incertezas de continuidade, divulgação dos níveis de materialidade e informação sobre a amostragem (Chong & Pflugrath, 2008; Church, Davis, & McCracken, 2008; Gray *et al.*, 2011; Gold, Gronewold, & Pott, 2012; Koh & Woo, 1998; McEnroe & Martens, 2001; Mock *et al.*, 2013; Okafor & Otalor, 2013; Ruhnke & Schmidt, 2014; Wolf *et al.*, 1999);
 5. Clarificação das responsabilidades da gestão (Chong & Pflugrath, 2008);
 6. Reforço e esclarecimento da independência do auditor e da profissão (Gray *et al.*, 2011; Koh & Woo, 1998; McEnroe & Martens, 2001; Mock *et al.*, 2013);
 7. Divulgação de informações sobre elementos considerados chave pelo auditor na condução do seu trabalho, descrição do planeamento da auditoria e subsequente discussão com os administradores (Gray *et al.*, 2011);
 8. Melhoria do desempenho do auditor e aumento da sua experiência (Gray & Manson, 2005; Porter, 1993);
 9. Reposicionamento da secção da opinião como primeiro parágrafo do relatório de auditoria (Chong & Pflugrath, 2008);
 10. A ampliação do relatório de auditoria no que respeita à introdução de parágrafos sobre matérias relevantes das DF com efeitos no trabalho do auditor, em áreas específicas no relatório (Gray *et al.*, 2011; Hatherly, Innes, & Brown, 1991).

A figura 2 sintetiza as potenciais soluções para a redução das diferenças de expectativas em auditoria, analisadas anteriormente, agrupando-as de acordo com as componentes estruturais das diferenças de expectativas de auditoria.

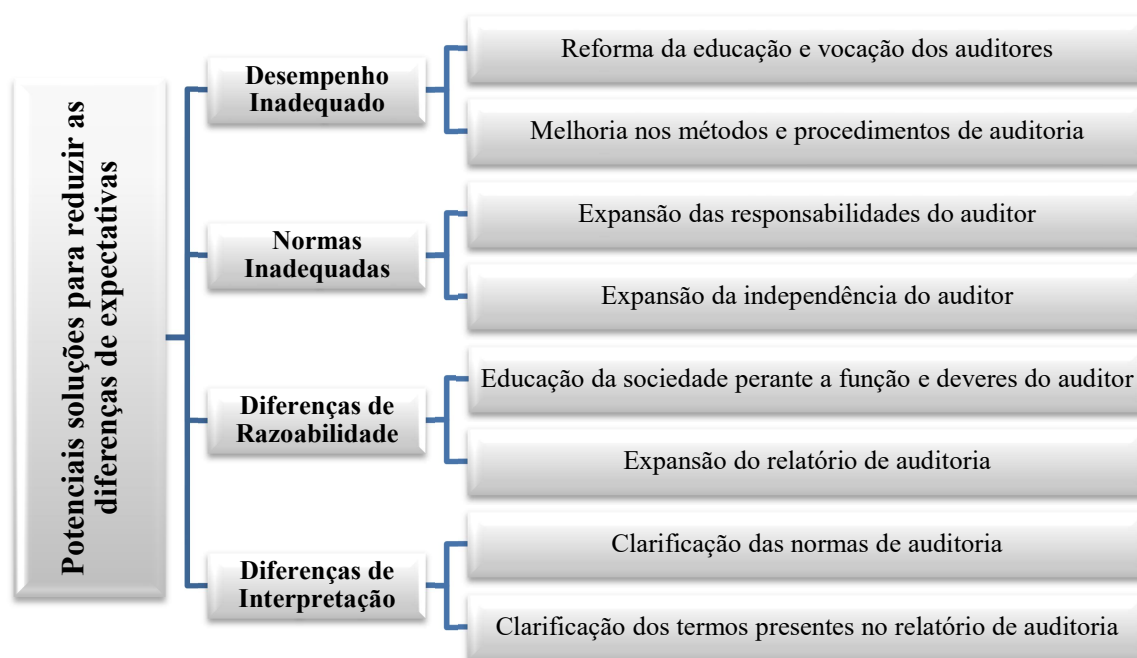


Figura 2: As potenciais soluções para reduzir as diferenças de expectativas

Refira-se que, é considerado por diversas instituições, entre elas a IAASB e a UE, que a comunicação entre o auditor e os utilizadores deve ser reforçada, sendo necessário direcionar a atenção dos utilizadores e da gestão para determinadas divulgações feitas no relatório, assim como orientar a atenção do auditor noutras áreas que devem ser reportadas, e ainda aprimorar o relato das EIP. As referidas instituições consideram que desta forma, se aumentará a confiança dos relatórios de auditoria, a transparência e o valor informativo do relatório de auditoria.

2.2. O relatório de auditoria

O auditor expressa uma opinião independente sobre se as DF apresentam em todos os aspetos materialmente relevantes, uma imagem verdadeira e apropriada, de acordo com a estrutura de relato financeiro aplicável. Esta opinião é expressa por escrito num documento designado relatório de auditoria.

Tendo como fundamento que a finalidade da auditoria é aumentar a confiança dos utilizadores, várias partes interessadas nas DF têm solicitado que o relatório de auditoria seja mais informativo, ou seja, são pedidas mais informações relevantes aos utilizadores com base na auditoria que foi realizada.

2.2.1. O atual modelo do relatório

2.2.1.1. De acordo com as ISA

A norma que serviu de base para a atual ISA 700 foi a *International Auditing Guidelines* n.º 13 - o relatório de auditoria sobre as DF - publicada em 1983 pelo *International Auditing Practices Committee*, atual IAASB. Desde então, esta norma tem sofrido alterações significativas, sendo que as normas em vigor desde 15 de dezembro de 2009 são as resultantes do desfecho do *Clarity Project*¹.

Relativamente à secção das responsabilidades da gestão pelas DF, o atual relatório de auditoria, cinge-se a declarar que a gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriada das DF de acordo com as *International Financial Reporting Standards*, assim como pelo controlo interno que considerar ser necessário para uma preparação de DF livres de distorções relevantes, quer devido a fraude ou erro.

Atualmente, na secção das responsabilidades o auditor declara que é da sua responsabilidade expressar uma opinião sobre as DF, baseando-se numa auditoria conduzida de acordo com as ISA em vigor. Esta declaração especifica que as ISA requerem que o auditor cumpra os requisitos éticos e que planeie e desempenhe a auditoria de forma a obter segurança razoável sobre se as DF estão livres de erros materiais. Esclarece ainda, que uma auditoria envolve a realização de procedimentos de forma a obter prova de auditoria sobre montantes e divulgações das DF, e que os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material.

Ainda nesta declaração é esclarecido que, ao fazer esta avaliação de riscos, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das DF da entidade, de forma a desenhar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o propósito de expressar uma opinião da efetividade do controlo interno da entidade. Por fim, esta declaração esclarece ainda que uma auditoria inclui também avaliar

¹ Este projeto visou definir uma estrutura comum em todas as ISA de forma a identificar os objetivos gerais do auditor, definir um objetivo em cada ISA estabelecendo a obrigação do auditor em relação a esse objetivo, clarificar as obrigações impostas aos auditores pelos requisitos das ISA, assim como, a linguagem usada para comunicar estas exigências e melhorar a legibilidade e compreensibilidade das ISA através de melhorias estruturais e de redação.

se as políticas contabilísticas usadas são apropriadas e avaliar a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela gestão, assim como avaliar a apresentação global das DF.

Relativamente ao conteúdo da secção da opinião, este consiste numa afirmação do auditor de que, na sua opinião, as DF apresentam uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira da entidade, em todos os aspetos materiais, de acordo com as *International Financial Reporting Standards*.

O formato do relatório de auditoria em vigor contém as seguintes secções: i) introdução; ii) responsabilidade da gestão pelas DF; iii) responsabilidade do auditor; iv) base da opinião; v) opinião; vi) ênfases, se aplicável; vii) assinatura do auditor; viii) data do relatório; e a iv) morada do auditor. Refira-se que para as empresas cotadas, a referida ISA exige uma secção intitulada de “relato sobre outros requisitos legais” depois da secção da opinião e antes da assinatura do auditor.

2.2.1.2. O modelo português

A CLC prevista no artigo 45.º do novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (EOROC) aprovado pela *Lei n.º 140/2015 de 7 de setembro da Assembleia da República* (2015) é o tipo de relatório mais relevante na realidade portuguesa, sendo emitida quando se trata de uma auditoria exigida por lei, conforme consagrado nos artigos 262.^{o2} e 451.^{o3} do *Decreto Lei (DL) n.º 262/86, de 2 de setembro do Ministério da Justiça* (1986).

O relatório de auditoria ou CLC em vigor em Portugal até à auditoria às contas que terminaram em 31/12/2015 resulta do modelo preconizado nas Diretrizes de Revisão/Auditoria 700⁴ e 701⁵, Interpretação Técnica n.º 15⁶ e ainda de circulares complementares da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) (Circular n.º 05/06,

² Contém as alterações introduzidas pelo DL n.º 343/98 de 6 de novembro do Ministério das Finanças.

³ Contém as alterações introduzidas pelos seguintes diplomas: DL n.º 328/95 de 09 de dezembro do Ministério da Justiça; DL n.º 185/2009 de 12 de agosto do Ministério das Finanças e da Administração Pública; DL n.º 35/2005 de 17 de fevereiro do Ministério das Finanças e da Administração Pública; DL n.º 76-A/2006 de 29 de março do Ministério das Finanças e da Administração Pública e das Finanças; DL n.º 98/2015, de 02 de junho do Ministério das Finanças.

⁴ OROC. (2001). Diretriz de Revisão/Auditoria 700: Relatório de Revisão/Auditoria. Manual do ROC.

⁵ OROC. (2001). Diretriz de Revisão/Auditoria 701: Relatório de Auditoria Elaborado por Auditor Registrado na CMVM sobre Informação Anual. Manual do ROC.

⁶ OROC. (2003). Interpretação Técnica n.º 15 - CLC com Escusa de Opinião. Manual do ROC.

janeiro 24, 2006⁷; Circular n.º 17/11, fevereiro 23, 2011⁸; e Circular n.º 04/16, janeiro 25⁹, 2016). Assim, a CLC atual inclui o seguinte conteúdo:

- a) Uma introdução que identifique, no mínimo, a entidade cujas DF foram sujeitas a revisão legal de contas, especificando as contas, a data e o período a que dizem respeito, bem como a estrutura de relato financeiro utilizada na sua elaboração;
- b) Uma declaração sobre as responsabilidades da gestão na preparação das DF assim como na adoção de critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
- c) Uma declaração sobre a responsabilidade do auditor em expressar uma opinião profissional e independente baseada no exame efetuado às DF;
- d) Uma descrição do âmbito da revisão legal de contas que identifique, no mínimo, as normas de auditoria segundo as quais a revisão legal de contas foi realizada;
- e) Reservas, se aplicável;
- f) Uma opinião de auditoria, que pode ser emitida sem reservas, com reservas ou com opinião adversa, da qual deve constar claramente o parecer do ROC sobre se as DF anuais dão ou não uma imagem verdadeira e apropriada, de acordo com a estrutura de relato financeiro aplicável, e se for o caso disso, se as DF anuais cumprem os requisitos legais aplicáveis;
- g) Uma referência, se aplicável, a questões para as quais o ROC tenha chamado claramente a atenção sob a forma de ênfase sem que tal qualifique a opinião de auditoria;
- h) O parecer sobre se o relatório de gestão é coerente com as DF do mesmo período, se o mesmo foi elaborado segundo os requisitos legais aplicáveis, e tendo em conta o conhecimento e a apreciação da empresa, se incorreções materiais foram identificadas no mesmo;
- i) Uma referência, sempre que aplicável, se o relatório de governo societário inclui todos os elementos exigíveis nos termos do Código dos Valores Mobiliários;
- j) Assinatura do ROC e data do relatório.

⁷ Circular n.º 05/06 da OROC - “Alteração dos Modelos de Relatórios de Revisão/ Auditoria”.

⁸ Circular n.º 17/11 da OROC - “Ajustamentos aos Modelos de Relatórios de Revisão/Auditoria”.

⁹ Circular n.º 04/16 da OROC - “CLC/Relatório de Auditoria”.

Desta forma, atualmente a estrutura da CLC é a seguinte: i) introdução; ii) responsabilidades; iii) âmbito; iv) reservas (se aplicável); v) opinião; vi) ênfases (se aplicável); vii) relato sobre outros requisitos legais; viii) data; iv) assinatura e nome do auditor.

Em termos de conteúdo, de uma forma geral a CLC é semelhante ao relatório de auditoria da IAASB. A secção das responsabilidades inclui as responsabilidades da gestão e do auditor. Assim, é declarado que é da responsabilidade da gestão a preparação das DF de modo a apresentarem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

Este relato é muito semelhante ao relato das responsabilidades da gestão no atual modelo do IAASB. Porém, o relato das responsabilidades da gestão do modelo da IAASB esclarece que o controlo interno que a gestão implementar deve ser o controlo necessário para que as DF estejam livres de distorções materiais devido a fraude ou erro, enquanto que a CLC refere que deve ser mantido um controlo interno apropriado.

Quanto à declaração da responsabilidade do auditor, o modelo português declara que é da responsabilidade do auditor expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame efetuado às DF. Porém, a declaração das responsabilidades do auditor presente no atual modelo do IAASB é mais abrangente, conteúdo referido no ponto 2.2.1.1. Contudo, algum deste conteúdo está presente na secção do âmbito da CLC, nomeadamente a referência de que o trabalho é executado de acordo com o normativo nacional aplicável de forma a obter segurança aceitável sobre se as DF estão isentas de distorções materialmente relevantes, a avaliação da razoabilidade das políticas e estimativas contabilísticas e a avaliação geral das DF.

Verifica-se também que a CLC difere do modelo da IAASB na medida em que não faz referência aos requisitos éticos e julgamento profissional. Porém, a CLC faz referência a alguns itens que o modelo atual do IAASB não faz, como a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade, a referência de que o exame abrangeu a verificação da concordância da informação constante no relatório da gestão com as DF (não está

consagrado este tipo de relatório nas ISA), a declaração de que o auditor entende que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da sua opinião e ainda uma referência, embora que muito breve a um trabalho numa base de amostragem.

Relativamente à secção da opinião, esta é semelhante ao conteúdo do atual modelo da IAASB. Refira-se também a semelhança nos dois modelos, CLC e relatório do IAASB, quanto aos parágrafos das reservas e ênfases. É de salientar que a atual CLC consagra a indicação do nome do auditor, facto que não acontece no modelo do IAASB em vigor, embora presente no modelo proposto pelo IAASB para as empresas cotadas, como veremos no ponto 2.2.2.1.1.

2.2.2. As alterações aprovadas

Várias instituições em diferentes países identificaram a necessidade de continuar a explorar melhorias ao relatório de auditoria. Assim, a IAASB trabalhou em conjunto num projeto de melhoria da comunicação do relatório de auditoria, com a UE, o *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB) e o *Financial Reporting Council* (FRC): i) a UE emitiu propostas de regulamentação e diretivas que abordam o conteúdo dos relatórios; ii) o PCAOB emitiu regras relacionadas com o aumento da transparência dos relatórios de auditoria; e iii) o FRC lançou recomendações para reforçar as responsabilidades dos relatórios dos comités de auditoria, assim como a identificação de quaisquer matérias inconsistentes no relatório anual da entidade.

De seguida, dada a sua relevância para Portugal, são analisadas as alterações propostas pelo IAASB e pela UE, finalizando com o modelo proposto para Portugal.

2.2.2.1. De acordo com as ISA

Na sequência das iniciativas referidas resultou, em Setembro de 2014, a emissão de uma nova ISA (a ISA 701 - comunicação de questões fundamentais em auditoria) e a revisão de um conjunto de outras, a saber: i) ISA 260 - comunicação com os responsáveis pela gestão; ii) ISA 570 - continuidade; iii) ISA 700 - formar uma opinião e relatar sobre as DF; iv) ISA 705 - modificações na opinião do relatório de auditoria; v) ISA 706 - parágrafos de ênfases e parágrafos de outros assuntos no relatório de auditoria; vi) ISA 720 - as

responsabilidades do auditor sobre as outras informações; e vii) as respectivas adaptações às outras ISA.

Estas normas terão eficácia para as auditorias às DF de períodos que terminem em ou após 15 de dezembro de 2016, sendo que se destinam a encontrar um equilíbrio entre a necessidade da consistência e comparabilidade do relatório de auditoria a um nível global e a necessidade de aumentar o valor do relatório de auditoria, tornando a informação contida no relatório mais relevante para os utilizadores.

As alterações aprovadas têm dois níveis de aplicação, isto é, existem alterações de aplicação a todas as auditorias e outras destinam-se apenas à auditoria a entidades cotadas.

2.2.2.1.1. Alterações apenas para os relatórios das empresas cotadas

De acordo com a nova ISA 701, o relatório de auditoria passa a incluir uma nova secção intitulada de *Key Audit Matters* (KAM), para auditorias a DF de entidades cotadas.

Os KAM, inicialmente designados pela IAASB por comentários do auditor, são questões suscetíveis de serem importantes para a compreensão do utilizador ao ler as DF auditadas. Desta forma, são assuntos considerados fundamentais em auditoria que no julgamento profissional do auditor têm maior significado no processo de auditoria às DF, sendo selecionados das matérias previamente comunicadas aos responsáveis pela gestão.

Assim, o auditor deve, na determinação dos KAM selecionar os itens mais relevantes e por fim comunicá-los no relatório de auditoria. Nesta determinação, o auditor deve ter em conta as áreas avaliadas de maior risco de distorção material, ou riscos significativos identificados de acordo com a ISA 315, assim como os julgamentos do auditor em matérias que tenham tido um significativo envolvimento dos órgãos de gestão. Os itens mais relevantes normalmente estão relacionados com as áreas de especial atenção do auditor, ou seja, áreas complexas das DF e de julgamento significativo da gestão.

Porém, os assuntos que estão na origem de uma opinião modificada e que sejam por natureza KAM, de acordo com a ISA 701, devem ser reportados na secção respetiva base da opinião, visto que a secção de KAM não é um substituto para uma opinião modificada. O mesmo acontece quando existem incertezas relevantes sobre a continuidade. Segundo a definição, estas incertezas relevantes são consideradas KAM, porém deverão ser

divulgadas na secção própria para o efeito, incertezas relevantes sobre a continuidade (esta secção será referida com maior detalhe no ponto 2.2.2.1.2).

Desta forma, o principal objetivo da comunicação das questões fundamentais de auditoria é aumentar o valor informativo do relatório, proporcionando maior transparência sobre a auditoria realizada. Esta comunicação fornece informações adicionais para os utilizadores das DF, ajudando-os a compreender as questões que no julgamento profissional do auditor foram mais relevantes na auditoria às DF, assim como a compreensão da entidade e algumas decisões dos órgãos de gestão.

Por outro lado, a ISA 700 revista indica que o nome do sócio responsável pela auditoria deve ser incluído no relatório de auditoria de empresas cotadas, tendo como intenção fornecer maior transparência para os utilizadores do relatório de auditoria de um conjunto de DF de uma empresa cotada.

2.2.2.1.2. Alterações para todos os relatórios

A secção da opinião do auditor passa a ser apresentada em primeiro lugar no relatório de auditoria, conforme requisito da ISA 700 revista, deixando de existir o parágrafo introdutório, sendo que a informação deste parágrafo é incorporada na secção da opinião.

A secção base da opinião passa a apresentar-se diretamente após a secção da opinião do auditor e inclui as reservas, sempre que aplicável. Nesta secção o auditor deve declarar ainda, para além do atual requisito de incluir o motivo que levou à modificação da opinião, que a auditoria foi conduzida de acordo com as ISA, informando os utilizadores do uso de normas pré-estabelecidas e referindo a secção do relatório de auditoria que descreve as responsabilidades do auditor segundo as ISA.

Assim, e como acontece no atual modelo, e de acordo com a ISA 705 revista, quando o auditor emite uma opinião modificada continua a dever utilizar um título com o mesmo nome do tipo da opinião: opinião qualificada, opinião adversa ou escusa de opinião. Nestas situações, o auditor deve atualizar o título da secção base da opinião, para base da opinião qualificada, base da opinião adversa ou base da escusa de opinião. Refira-se que a declaração de que a prova obtida pelo auditor é suficiente e apropriada para fornecer

suporte à sua opinião, no relatório em vigor é apresentada na secção das responsabilidades do auditor, sendo que no modelo proposto é apresentado na secção base da opinião.

A secção base da opinião deve incluir também uma declaração em que afirma que o auditor é independente da entidade de acordo com os requisitos éticos relevantes relacionados com a auditoria, e que atendeu a outras responsabilidades éticas de acordo com esses requisitos, aumentando a transparência sobre os requisitos de um determinado trabalho de auditoria.

Por outro lado, a ISA 570 revista responde ao interesse público em dar mais atenção à continuidade e resultará num maior esforço por parte do auditor em situações em que a continuidade está em causa quer com, quer sem incertezas relevantes. Esta maior atenção por parte dos auditores poderá potencialmente resultar na melhoria das divulgações da gestão. É de referir que a continuidade tem um interesse significativo no âmbito da crise global financeira, sendo uma das causas da existência de diferenças de expectativas em auditoria. Assim, todos os relatórios de auditoria segundo o modelo da IAASB irão ser aprimorados nos seguintes aspetos:

- ✓ Uma nova descrição sobre as responsabilidades da gestão na avaliação da capacidade da empresa continuar em funcionamento e se o uso do pressuposto da continuidade é apropriado e devidamente divulgado, quando aplicável;
- ✓ Uma nova afirmação de que a responsabilidade do auditor é concluir sobre a adequação do uso do pressuposto da continuidade por parte da gestão. Se o auditor concluir que existem incertezas relevantes, é obrigado a efetuar a sua divulgação numa nova secção do relatório com o título de incertezas relevantes sobre a continuidade, ou se tal divulgações forem inadequadas, modificar a sua opinião;
- ✓ Passa a existir uma nova exigência na verificação da adequada divulgação de eventos ou condições que possam lançar dúvidas significativas sobre a capacidade da empresa continuar em funcionamento, mas que o auditor depois de verificar os planos da gestão para lidar com estes eventos e condições, conclua que não existem incertezas relevantes, são as designadas “*close calls*”. As “*close calls*”, sendo por natureza KAM, devem ser divulgadas nesta secção, obrigatória para as EIP e voluntária para as restantes entidades.

No que respeita à secção das responsabilidades do auditor na auditoria às DF, as alterações ao conteúdo vêm esclarecer alguns conceitos, para além do conteúdo do modelo atual do relatório de auditoria e das novas exigências de relato sobre informações sobre a continuidade já referidas, a saber:

- ✓ A garantia razoável é um alto nível de segurança, porém não é garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISA irá sempre detetar uma distorção relevante quando esta existe;
- ✓ As distorções podem surgir quer devido a fraude, quer devido a erros. Declarar que estes são considerados materialmente relevantes se, individualmente ou em conjunto, for expectável que razoavelmente possam influenciar as tomadas de decisão dos utilizadores com base nas DF (ou então colocar a definição ou descrição de materialidade de acordo com a estrutura de relato financeiro aplicável);
- ✓ Para além de exercer o julgamento profissional, o auditor mantém o ceticismo profissional durante todo o processo da auditoria;
- ✓ O risco de não deteção de uma distorção material resultante da fraude é maior do que para uma distorção resultante de erro, devido ao facto da fraude envolver possíveis conluíus, falsificações, omissões intencionais, deturpações ou substituição de métodos de controlo interno;
- ✓ O auditor comunicou aos responsáveis pela gestão, entre outras questões, a finalidade da auditoria, a sua calendarização e resultados significativos obtidos, incluindo quaisquer deficiências significativas identificadas no controlo interno durante a auditoria;
- ✓ Para além do auditor fornecer aos responsáveis pela gestão uma declaração em como cumpriu as exigências éticas relevantes relativas à independência, comunicou com eles também todos os relacionamentos e outros assuntos que possam razoavelmente ser necessários para suportar a independência do auditor;
- ✓ Quando é exigida a comunicação dos KAM, o auditor declara ainda nesta secção que, das matérias comunicadas com os responsáveis pela gestão, determinou as matérias de maior importância na auditoria às DF do período corrente e que as descreve no corpo do relatório.

A descrição destas responsabilidades contém informação necessária para informar as expectativas dos utilizadores sobre uma auditoria conduzida de acordo com as ISA. Porém, parte da declaração sobre as responsabilidades do auditor pode estar num apêndice ao relatório de auditoria. A ISA 700 revista prevê, de igual modo, situações em que se coloque uma referência específica dentro do relatório de auditoria para a localização desta descrição de responsabilidades (apenas a parte da declaração que é permitida estar no anexo) num site de uma autoridade competente, sempre que a legislação, regulamentação ou as normas nacionais de auditoria expressamente o permitam.

Assim, o conteúdo da declaração de responsabilidades que terá de constar obrigatoriamente no corpo do relatório é o seguinte: i) o auditor tem como objetivo obter segurança razoável sobre se as DF, como um todo, estão livres de distorção material devido a fraude ou erro, por forma a emitir uma opinião sobre as mesmas; ii) a segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISA detete sempre distorções materiais quando estas existam; iii) as distorções materiais podem ocorrer devido a fraude ou erro e são consideradas materialmente relevantes quando individual ou agregadamente, seja razoavelmente expectável que influencie as decisões económicas dos utilizadores.

Por outro lado, é do entendimento do IAASB que o facto do auditor considerar as informações emitidas juntamente com as DF da entidade, evita que a credibilidade da informação do relatório de auditoria possa ser minada por elas, assim como influenciar inapropriadamente as decisões económicas dos utilizadores, para quem o relatório de auditoria é direccionado, uma vez que a existência de inconsistências nestas informações pode sinalizar uma distorção nas DF.

Desta forma, e segundo a ISA 720 revista, o relatório de auditoria do IAASB passa a ter uma nova secção com o título de “outras informações”, seguida da secção dos KAM e antes das declarações de responsabilidades da gestão e do auditor. Refira-se que estas informações são as que se incluem no relatório e contas e que não são nem as DF nem o relatório de auditoria, podendo ser financeiras ou não financeiras.

Assim, a secção de outras informações deve conter uma declaração de forma a informar os utilizadores, de que a opinião emitida pelo auditor sobre as DF não abrange as “outras

informações”, sendo que não lhe é imposta a obtenção de prova de auditoria para além da necessária para a formação da opinião. Deve também incluir uma declaração de que a gestão é responsável pelas informações enumeradas, e que a responsabilidade do auditor é a de ler, considerar e relatar as referidas informações nos termos previstos da ISA 720 revista.

2.2.2.1.3. Resumo das alterações de acordo com as ISA

As alterações ao relatório de auditoria de aplicação obrigatória para as DF de empresas cotadas são as seguintes: i) uma nova secção para comunicar os KAM; e ii) a divulgação do nome do sócio do trabalho.

Por outro lado, as alterações obrigatórias para todos os relatórios de auditoria, não só das empresas cotadas, mas também de todas as outras, são as seguintes:

- ✓ A secção da opinião passa a ser apresentada em primeiro lugar, sendo que a secção base da opinião passa a posicionar-se após a secção da opinião;
- ✓ Uma declaração afirmativa sobre a independência da realização do trabalho do auditor e sobre as responsabilidades éticas relevantes, a incluir na secção base da opinião;
- ✓ São reforçadas as questões sobre a continuidade no relatório de auditoria - ISA 570 revista: i) inclusão de uma descrição das respetivas responsabilidades de gestão e do auditor relativamente a incertezas de continuidade; ii) uma nova secção no relatório intitulada de incertezas relevantes sobre a continuidade, quando as mesmas existem e estão adequadamente divulgadas; e iii) uma nova exigência para o auditor na verificação da adequada divulgação das “*close calls*”;
- ✓ Uma nova secção intitulada de outras informações - ISA 720 revista - clarificando o envolvimento do auditor e das suas responsabilidades relativamente às mesmas;
- ✓ Uma descrição aprimorada das responsabilidades do auditor e das principais características de uma auditoria.

2.2.2.2. O modelo português

O modelo de relatório de auditoria em Portugal tem previsto algumas alterações quer por força da transposição de normativos europeus (*Diretiva 2014/56/UE do Parlamento*

Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014, 2014, Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014, 2014), quer por exigências nacionais adicionais.

Assim, a *Lei n.º 148/2015, de 09 de setembro da Assembleia da República (2015)* transpõe parcialmente a *Diretiva 2014/56/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014 (2014)*, que alterou a *Diretiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de maio de 2006 (2006)* relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas. A referida lei aprova o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria e assegura a execução, na ordem jurídica interna, do *Regulamento (UE)*¹⁰ *n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014 (2014)* relativo aos requisitos específicos para a revisão legal de contas das EIP.

Por outro lado, o n.º 2 do artigo 45.º do novo EOROC, em vigor desde 1 de janeiro de 2016, acolhe o conteúdo disposto no artigo 28.º da diretiva supracitada e o n.º 3 do mesmo artigo remete para o artigo 10.º do regulamento referido, quanto aos elementos adicionais aplicáveis ao relatório de auditoria de EIP.

No que respeita ao relatório de auditoria para todas as entidades, adicionalmente aos requisitos da diretiva, requisitos estes já praticados em Portugal, o novo EOROC acrescenta assim o requisito de incluir um parecer sobre o relatório de governo societário, quando aplicável, (artigo 45.º n.º 2, alínea h), para além do atual requisito de verificar se este relatório contém todos os elementos exigidos pelo Código dos Valores Mobiliários.

Quanto ao conteúdo da CLC das EIP, todas as exigências emanadas pelo artigo 10.º do *Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014 (2014)* e acomodadas pelo n.º 3 do artigo 45.º do EOROC são novas.

Desta forma, o relatório de auditoria para as EIP, para além de cumprir os requisitos previstos no artigo 28.º da referida diretiva, terá de incluir a seguinte informação:

- Indicar a pessoa ou órgão que nomeou o auditor, data da nomeação e período total do mandato ininterrupto (incluindo renovações);

¹⁰ Revoga a Decisão 2005/909/CE da Comissão.

- Como suporte da opinião, descrever os riscos de distorção material mais significativos identificados (incluindo riscos de distorção devido a fraude), as respostas do auditor a esses riscos e, se relevante, as observações fundamentais relativas a esses riscos. Caso seja relevante para as informações facultadas no relatório de auditoria ou CLC no que se refere a cada risco avaliado de distorção material, tal relatório deve incluir uma referência clara às divulgações relevantes incluídas nas DF;
- Explicar em que medida a auditoria foi considerada eficaz na deteção de irregularidades, incluindo fraudes;
- Confirmar que a opinião de auditoria é coerente com o relatório adicional dirigido ao comité de auditoria (este relatório adicional do ROC/ Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) traduz o resultado do trabalho desenvolvido ao longo do exercício);
- Declarar que não foram prestados serviços distintos da auditoria proibidos e que o auditor se manteve independente da entidade auditada durante a auditoria;
- Indicar todos os serviços prestados à entidade auditada para além da auditoria e que não tenham sido divulgados no relatório de gestão ou nas DF.

Nos termos do artigo 26.º da *Diretiva 2014/56/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014* (2014), todas as auditorias são realizadas em conformidade com as ISA emitidas pelo IAASB e adotadas pela CE, e o n.º 8 do artigo 45.º do EOROC, consagra que, enquanto não forem adotadas pela CE, as ISA são diretamente aplicáveis. Assim, é legítimo concluir que é muito provável que os requisitos das ISA sejam aplicados a todos os relatórios, requisitos estes referidos no ponto 2.2.2.1.

As ISA trazem, como vimos, novos requisitos para todos os relatórios do auditor, sendo que alguns deles são apenas para empresas cotadas (a secção dos KAM e a inclusão do nome do sócio do trabalho de auditoria).

Salienta-se que a atual CLC já incluiu o nome do sócio do trabalho, sendo que o novo requisito sobre os KAM nas ISA são direcionados para os relatórios das empresas cotadas,

enquanto na UE e Portugal são exigidas para todas as EIP, contudo representam uma minoria das entidades auditadas em Portugal¹¹.

Porém, o modelo proposto para o relatório das EIP, em Portugal e na UE, tem mais exigências quando comparado com o relatório do IAASB, nomeadamente: i) a indicação do órgão que nomeou o ROC ou SROC; ii) a indicação da data de nomeação e o período do mandato; iii) a confirmação de que o parecer do auditor é coerente com o relatório adicional dirigido ao comité de auditoria; iv) declaração em como não foram prestados serviços distintos da auditoria proibidos e que se mantiveram independentes em relação à entidade auditada; v) a indicação de todos os serviços, além da revisão legal de contas, prestados pelo ROC ou SROC, e que não tenham sido divulgados no relatório de gestão ou nas DF.

Salienta-se que existem requisitos nacionais, atuais e previstos, que não sendo exatamente iguais, vão ao encontro dos requisitos das ISA, nomeadamente:

- ✓ Está previsto por via do regulamento supracitado, uma declaração de que não foram prestados serviços que não sejam de auditoria para as EIP enquanto as ISA exigem uma declaração geral sobre a independência do auditor para todos os relatórios;
- ✓ O atual conteúdo da CLC contém o requisito de incluir um parecer sobre a coerência do relatório de gestão com as contas do mesmo período, assim como uma declaração sobre se foram identificadas incorreções materiais no relatório de gestão indicando a natureza de tais incorreções. Sendo o relatório de gestão a informação adicional às DF e à CLC que o relatório e contas contém em Portugal, este requisito está alinhado com a alteração proposta nas ISA quanto à secção no relatório intitulada de outras informações, e atualmente já divulgado numa secção própria;

¹¹ Nos termos do artigo 3.º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria aprovado pela Lei n.º 148/2015, de 09 de setembro da Assembleia da República (2015), são qualificadas como EIP as seguintes entidades: a) emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação num mercado regulamentado; b) instituições de crédito; c) empresas de investimento; d) organismos de investimento coletivo sob forma contratual e societária; e) sociedades de capital de risco, as sociedades de investimento em capital de risco e os fundos de capital de risco; f) sociedades de investimento alternativo especializado e os fundos de investimento alternativo especializado; g) sociedades de titularização de créditos e os fundos de titularização de créditos; h) empresas de seguros e de resseguros; i) sociedades gestoras de participações sociais; j) sociedades gestoras de participações sociais no sector dos seguros e as sociedades gestoras de participação de seguros mistas; k) fundos de pensões; e l) empresas públicas que, durante dois anos consecutivos, apresentem um volume de negócios superior a € 50 000 000, ou um ativo líquido total superior a € 300 000 000.

- ✓ O requisito do modelo proposto da CLC sobre como o auditor pode detetar irregularidades, incluindo a fraude, é coberto pelos procedimentos de trabalho e relato incluídos na ISA 240 e pela descrição das responsabilidades do auditor no relatório segundo a ISA 700 revista, para todos os relatórios de auditoria;
- ✓ O requisito de divulgar na CLC das EIP uma descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados, incluindo os riscos apurados de distorção material devido a fraude e a resposta a esses riscos, pode ser comparado com a descrição da secção KAM do relatório proposto pelo IAASB para as entidades cotadas.

Em forma de síntese, para além do conteúdo atual da CLC e das alterações previstas e já enumeradas, consagradas no novo EOROC, e como já vimos coincidentes com alguns requisitos das ISA, teremos também com a aplicação destas: i) diretrizes sobre o formato do relatório; ii) uma descrição mais detalhada e clara das responsabilidades do auditor e da gestão; iii) uma declaração afirmativa sobre a independência e obrigações éticas do auditor; e iv) uma secção específica de incertezas relevantes sobre a continuidade.

A figura 3 apresenta o modelo atual e o que se espera que venha a vigorar, em princípio já nas auditorias para os exercícios que terminem em ou após 15 de dezembro de 2016.

Modelo atual da CLC	Modelo previsto da CLC
<ul style="list-style-type: none"> • Introdução • Responsabilidades da Gestão e do Auditor • Âmbito • Reservas, se aplicável • Opinião • Ênfases, se aplicável • Relato sobre outros Requisitos Legais • Data • Assinatura do Auditor • Nome do sócio de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> • Opinião • Base da Opinião (com Reservas, se aplicável) • Ênfases, se aplicável • Incertezas Relevantes sobre a Continuidade, se aplicável • Key Audit Matters (para as EIP) • Responsabilidades da Gestão • Responsabilidades do Auditor • Relato de outros Requisitos Legais • Nome do sócio de trabalho • Assinatura do auditor • Morada do Auditor • Data

Figura 3: O modelo atual versus o modelo previsto

Por outro lado, a figura 4 sintetiza as alterações ao conteúdo da CLC.



Figura 4: As alterações ao conteúdo da CLC

Assim, atendendo às alterações introduzidas no EOROC e o facto de se pretender aplicar de imediato as ISA, espera-se que o modelo de relatório em Portugal seja semelhante ao novo modelo do IAASB, incorporando adicionalmente os requisitos do novo EOROC que não estão previstos nas ISA.

2.3. Análise de estudos realizados

Vários estudos empíricos têm sido realizados ao longo das últimas décadas, de forma a tentar explicar o fenómeno das diferenças de expectativas, assim como identificar soluções e desafios para a sua redução.

Porter (1993) conduziu uma pesquisa na Nova Zelândia fornecendo pistas sobre a estrutura, composição e extensão das expectativas em auditoria, relatados anteriormente.

Foram elaborados dois tipos de questionários de forma a dar resposta a três questões: i) qual o dever atual do auditor; ii) qual o desempenho do auditor, depois de identificado o seu dever; e iii) o dever identificado deveria ser desempenhado por auditores.

Dos trinta deveres do auditor sugeridos nos questionários, concluiu-se que 25 contribuem para as diferenças de expectativas. Destes 25, 7 contribuem para o desempenho inadequado, 8 contribuem para normas inadequadas e por fim, 10 contribuem para as diferenças de razoabilidade. Por conseguinte, este estudo sinalizou uma abordagem racional e abrangente para reduzir as diferenças, alegando que, se a profissão a adotar, progressos rápidos surgirão, reduzindo a crítica e o contencioso que os auditores enfrentam.

Também Wolf *et al.* (1999) investigaram assuntos relacionados com a diferença de expectativas em auditoria e a independência do auditor, chegando à mesma conclusão de Porter (1993), ou seja afirmaram ser necessário uma nova abordagem para compreender a lidar com a distância entre as expectativas. A questão da independência deve ser resolvida para diminuir a vulnerabilidade de ambos, auditor e sociedade, acrescendo ainda o facto do custo das diferenças de expectativas para a profissão ser elevado. Os esforços da profissão em educar os utilizadores quanto à natureza do processo de auditoria são necessários, mas não são uma resposta suficiente.

Com o mesmo intuito, ou seja encontrar estratégias para diminuir a diferença de expectativas em auditoria, Koh e Woo (1998) reviram a literatura sobre o tema seguindo as seguintes linhas: i) definição das diferenças de expectativas; ii) natureza e estrutura das diferenças de expectativas; iii) modos de a reduzir. Os autores concluíram que o problema das diferenças de expectativas iria perdurar por muitos anos.

Os autores também referem que devem ser efetivamente tomadas atitudes para baixar as expectativas do público, tal como Porter (1993) e Wolf *et al.* (1999). Os autores Koh e Woo (1998) concluem, assim, que para melhorar o desempenho do auditor, o caminho a seguir deve passar pela: i) expansão do relatório de auditoria; ii) educação dos utilizadores; iii) estruturação das metodologias de auditoria; iv) expansão das responsabilidades do auditor; e v) reforço da independência dos auditores, entre outros.

Com o mesmo objetivo do estudo acima referido, ou seja determinar a persistência da existência do desfasamento entre as expectativas, McEnroe e Martens (2001) estenderam assim a pesquisa prévia, comparando as percepções dos parceiros de auditoria e a dos investidores sobre as responsabilidades dos auditores, envolvendo os vários tipos de opinião que o auditor pode emitir. Os autores concluíram que o fenómeno persiste, ou seja os investidores têm maiores expectativas para o processo de auditoria, do que os próprios auditores têm.

Os resultados do estudo McEnroe e Martens (2001) indicam que embora os auditores e investidores tendam a concordar sobre o significado e a importância da terminologia específica utilizada numa opinião sem reservas (opinião não afetada por quaisquer limitações ou desacordos materiais), eles não concordam sobre aquilo que um auditor deve fazer ou avaliar antes de a emitir.

Esta evidência corrobora as conclusões de Koh e Woo (1998) e Wolf *et al.* (1999), quando indicam ser necessário melhorar a educação dos utilizadores quanto à terminologia, para assim estreitar as diferenças de expectativas em auditoria. Por outro lado, estes autores defendem que o relatório de auditoria que contenha uma simples frase “aprovado” ou “não aprovado” parece simplificar a leitura dos resultados do auditor.

De acordo com a classificação de Porter (1993), este problema pode ser caracterizado como diferenças de razoabilidade, visto que o público tem expectativas pouco razoáveis sobre a natureza e foco das funções de verificar em auditoria. McEnroe e Martens (2001) sugerem, assim, que devem ser devidamente explicadas aos utilizadores as responsabilidades dos auditores.

Com o intuito de analisar se as diferenças de expectativas em auditoria existem em pequenos mercados de capitais, como o de Portugal, Almeida e Colomina (2008) conduziram uma investigação, fazendo um levantamento dos maiores componentes desta problemática, comparando assim as respostas com as opiniões obtidas nos diversos estudos feitos nos países anglo-saxónicos.

Foram realizados questionários a técnicos profissionais de auditoria, professores e analistas financeiros. O estudo fornece evidência de que as expectativas dos utilizadores da informação financeira em Portugal são semelhantes à opinião dos inquiridos nos países

com grandes mercados de capitais, sendo a fraude a razão principal das diferenças de expectativas. Por outro lado, os utilizadores da informação em Portugal afirmam que o atual modelo de relatório de auditoria é claramente insuficiente para compreender os objetivos e o trabalho que os auditores realizaram para obter as suas conclusões. Refira-se que os autores defendem um relatório de auditoria que contenha uma pontuação, por exemplo numa escala de 0 e 10, sobre a justiça ou a qualidade das DF, para assim facilitar a leitura do mesmo por parte dos utilizadores.

Para extrair perceções das partes interessadas sobre o relatório de auditoria, Gray *et al.* (2011), desencadearam uma investigação nos Estados Unidos da América facilitando discussões entre diferentes grupos de partes interessadas, incluindo os responsáveis pelas DF, os utilizadores das DF (analistas financeiros, entre outros) e os auditores. A investigação foi organizada em três temas: tema 1: perceções gerais relativas à auditoria e ao relatório de auditoria; tema 2: perceções sobre os principais conceitos incorporados ou que poderiam ser incorporados no relatório de auditoria atual; e tema 3: sugestões e desafios para melhorar a comunicação do relatório de auditoria.

Relativamente ao tema 1, concluiu-se que os utilizadores normalmente não leem o relatório de auditoria e houve um consenso de que, conceitualmente, um substituto para o relatório de auditoria não qualificado (relatório de auditoria com opinião não modificada ou opinião sem reservas) poderia ser um carimbo que diria “OK” juntamente com o nome da empresa que realizou a auditoria. Isto porque se constatou que os utilizadores verificam se o relatório inclui uma opinião sem reservas e se uma empresa “*Big 4*” realizou a auditoria. Se sim em ambos os casos, essa é a última vez que olham para o relatório.

Relativamente ao tema 2, obteve-se prova de que os conceitos de nível de fiabilidade, segurança razoável, e alto nível de segurança são pouco consensuais em todas as partes interessadas, incluindo os auditores, sendo necessário a educação dos utilizadores quanto à terminologia (Koh & Woo, 1998; McEnroe & Martens, 2001; Wolf *et al.*, 1999). De igual modo, se o relatório de auditoria é omissivo sobre a fraude e a continuidade das atividades, os utilizadores acreditam que estes auditores testaram as duas questões completamente e não detetaram problemas.

Relativamente ao tema 3, as partes interessadas criaram discussões muito ricas em sugestões de possíveis melhorias ao relatório, tais como: i) incluir a assinatura do auditor do relatório para além da assinatura da empresa; ii) referir algo explícito sobre a fraude, controlo interno e os testes desenvolvidos; iii) anexar carta de gestão; iv) divulgar os níveis de materialidade e informações de amostragem; v) adicionar um sistema de classificação à auditoria fornecendo “notas” às opiniões sem reservas, ou dando opiniões distintas sobre elementos chave dos relatórios financeiros; e vi) adicionar informação que descreve o planeamento da auditoria e subsequente discussão com os administradores.

Assim, Gray *et al.* (2011) obtiveram prova de que existe falta de consenso quanto ao que é pretendido na comunicação do relatório de auditoria. Os auditores não divulgam os níveis de materialidade e tamanho da amostra, não quantificam o nível de garantia, e o relatório de auditoria é omissivo quanto a alguns aspetos da auditoria, tais como fraude. Assim os autores concluem, tal como Almeida e Colomina (2008), que a perceção dos utilizadores sobre a informação que o relatório de auditoria pretende comunicar, está longe de ser a realidade. Estes autores sugerem, ainda, a ampliação do relatório de auditoria no que respeita a parágrafos sobre as ênfases de matérias com referências às DF da empresa em áreas específicas, tal como Hatherly *et al.* (1991).

Por outro lado, sobre o formato do relatório, Chong e Pflugrath (2008) investigaram o impacto de três formatos diferentes de relatórios de auditoria nas perceções dos utilizadores e auditores. Os diferentes formatos incluíram um relatório expandido, um relatório com linguagem simples ampliada com a opinião de auditoria no final, e outro com a opinião de auditoria no início. Apesar dos formatos, de uma forma geral, não provocaram um grande impacto nas diferenças de expectativas, o reordenamento das secções do relatório (colocando a opinião no início do relatório) demonstrou ter algum sucesso na sua redução, visto que os autores obtiveram evidência que existiam menos diferenças significativas entre as perceções dos auditores e dos utilizadores quando a opinião do auditor era apresentada do início, com uma linguagem simples.

Refira-se que a conclusão destes autores no que respeita às alterações de formato do relatório de auditoria vai ao encontro da evidência de Vanstraelen, Schelleman, Meuwissen, e Hofmann (2012), sendo que estes autores acrescentam ainda que as

alterações no conteúdo do relatório de auditoria são mais importantes do que as mudanças no formato do relatório.

Também Mock *et al.* (2013) desenvolveram uma pesquisa sobre o relatório de auditoria e procuraram sintetizar e avaliar a investigação relevante relativa ao relatório de auditoria. Considerando o desfasamento de comunicação do relatório e o valor informativo do mesmo, a investigação foi impulsionada por duas questões de pesquisa: i) o que as partes interessadas pelas DF entendem como a informação que deve ser comunicada; e ii) quais os efeitos, nos utilizadores da informação financeira, da atual comunicação do relatório de auditoria.

Quanto à informação desejada do relatório de auditoria, a pesquisa obteve evidência de que, as partes interessadas das DF consideram ser necessário mais informação sobre a entidade e sobre a auditoria. A informação desejada relacionada com a entidade inclui políticas contabilísticas e informação relacionada com o risco. Quanto à informação desejada relacionada com a auditoria, os autores obtiveram respostas similares a Gray *et al.* (2011), nas respostas ao tema 3 (sugestões e desafios para melhorar a comunicação do relatório de auditoria), ou seja, as partes interessadas nas DF apontam para a necessidade de haver informações sobre as decisões de auditoria, sobre a independência do auditor, processo de auditoria, materialidade e nível de segurança fornecido pela auditoria.

De uma forma geral, as alterações introduzidas deixaram ainda assim a comunicação do relatório de auditoria um pouco aquém do desejado, especialmente quando as DF apresentam distorções relevantes. Em contraste, a informação sobre a continuidade, controlo interno e nível de segurança parece ser recebida como informação útil para os utilizadores das DF.

Outros autores conduziram estudos, procurando identificar o papel da profissão de auditoria na redução das diferenças de expectativas, como é o caso de Okafor e Otalor (2013), mostrando que o público desconhece as atribuições do auditor e esta falta de conhecimento é responsável por expectativas pouco razoáveis do público face à auditoria.

Com base nos resultados obtidos, Okafor e Otalor (2013) deram as seguintes recomendações: i) o público precisa de mais educação sobre os direitos e responsabilidades do auditor, reforçando os resultados de Koh e Woo (1998), McEnroe e Martens (2001) e

Wolf *et al.* (1999) quanto à necessidade da educação dos utilizadores sobre a natureza do processo de auditoria e sobre as responsabilidades do auditor; ii) o padrão do relatório de auditoria deve ser expandido, mostrando claramente que não é um certificado de solidez financeira do auditado, conclusão convergente com Almeida e Colomina (2008) e Gray *et al.* (2011); iii) o relatório de auditoria deve indicar que o auditor não é responsável pela conformidade da empresa auditada e que a opinião expressa pelo auditor não deve ser interpretada como uma garantia de precisão nas DF.

Com o intuito de analisar as causas das diferenças de expectativas em auditoria, assim como o impacto das alterações propostas pela CE (2010), Ruhnke e Schmidt (2014) realizaram um estudo usando um inquérito sobre a forma de questionário em 2011 a auditores e aos maiores grupos de partes interessadas da informação financeira na Alemanha.

Os autores obtiveram evidência dos seguintes aspetos: i) o público tem expectativas exageradas quanto às responsabilidades do auditor; ii) a dificuldade do público em avaliar o desempenho dos auditores e as deficiências do desempenho dos auditores são ambos fatores geradores das diferenças de expectativas; iii) os auditores não têm plena consciência das suas responsabilidades; iv) aumentando o conteúdo informativo da opinião do auditor é expectável que estreite as diferenças de expectativas; e v) a rotação obrigatória e a proibição de serviços que não de auditoria, diminui as diferenças de expectativas numa pequena extensão, inferior à expectável.

Assim, tal como Koh e Woo (1998), McEnroe e Martens (2001), Okafor e Otalor (2013) e Wolf *et al.* (1999), Ruhnke e Schmidt (2014) concluem que os utilizadores não aparentam perceber completamente a responsabilidade do auditor, a extensão do trabalho elaborado pelo auditor, e o nível de segurança fornecida pelo relatório de auditoria, devendo ser explicada aos utilizadores a extensão das responsabilidades do auditor.

Gold *et al.* (2012), por sua vez, testaram a eficácia das explicações presentes nas normas de auditoria com data efetiva de aplicação após 31 de dezembro de 2006, na redução do desfasamento das expectativas em auditoria, razão na origem da revisão destas normas. Os autores encontraram forte evidência de que a presença de explicações no relatório de auditoria não afeta as diferenças de expectativas, e que as diferenças de expectativas são

persistentes no que diz respeito às responsabilidades dos auditores, conclusão que vai no mesmo sentido dos resultados de Koh e Woo (1998), McEnroe e Martens (2001), Okafor e Otalor (2013), Ruhnke e Schmidt (2014) e Wolf *et al.* (1999).

A auditoria passou por uma série de polémicas na última década, o que levou à necessidade de mudança e revisão do conteúdo do relatório e das normas de auditoria. Assim, a investigação conduzida por Simnett e Huggins (2014) descreve a proposta das reformas ao relatório de auditoria no *Invitation to Comment: Improving the Auditor's Report*, IAASB (2012), propostas que resultaram nas novas e revistas ISA emitidas em janeiro de 2015. O estudo acrescenta contribuições sobre a reforma ao relatório de auditoria, analisando as 165 respostas das partes interessadas sobre aquela propostas do IAASB, pretendendo determinar os níveis de apoio às reformas propostas.

Os resultados dos autores mostram diferentes níveis de suporte nestas propostas, abordando as expectativas dos auditores e as falhas de comunicação. O ponto mais apoiado, no conjunto das alterações propostas foi adicionar outras informações ao relatório de auditoria, ou informações que se destinam a serem lidas juntamente com as DF. Note-se que estas propostas de alterações são as mesmas das sugestões de melhoria referidas no ponto 2.1.3. É de salientar que a adição de informações ao relatório de auditoria sobre julgamentos nos processos do auditor foi a mais apoiada pelos utilizadores e menos apoiada pelas restantes partes interessadas nas DF.

Um outro estudo realizado por Kiss, Fulop e Cordos (2015), apresenta aspetos relevantes relacionados com as recentes mudanças no relatório de auditoria à luz das regulações internacionais e nacionais: IAASB, UE, PCAOB e FRC. Com as recentes revisões, algumas enumeradas no ponto 2.2.2, o grau de transparência da informação também tem sido alterado, aumentando assim o grau de garantia em conformidade com o código do governo das sociedades.

Os autores aferiram que, apesar do relatório de auditoria na sua atual forma proposta ser mais transparente e detalhado, o grande problema enfrentado pelos auditores continua a ser a falta de compreensão dos utilizadores no que diz respeito ao que os auditores fazem e como interpretam a opinião de auditoria. Muitos utilizadores consideram o relatório de auditoria como uma apólice de seguro, uma garantia que pode defender todos os aspetos de

natureza financeira, contra o risco, gestão ou regulamentos que podem afetar a entidade, conclusão recorrente em vários estudos (Gray *et al.*, 2011; Koh & Woo, 1998; McEnroe & Martens, 2001; Mock *et al.*, 2013; Okafor & Otalor, 2013; Porter, 1993; Ruhnke & Schmidt, 2014; Wolf *et al.*, 1999).

Também Cordo e Fülöp (2015) conduziram um estudo com a pretensão de investigar se os utilizadores do relatório de auditoria concordam com a proposta do IAASB em incluir uma nova secção de KAM.

Os autores concluíram que a maioria das respostas está de acordo com as propostas do IAASB. Contudo existem alguns participantes que levantam preocupações relacionadas com o processo de implementação dos KAM e o efeito que estes terão no relatório de auditoria. Concluem também que os KAM são um conceito importante e que a sua introdução e aplicabilidade terão um efeito positivo no relatório de auditoria. Apesar do IAASB ter fornecido exemplos do KAM, os participantes acreditam que não são suficientes. Por conseguinte, Cordo e Fülöp (2015) sugerem que deve existir um esforço em apoiar o auditor no julgamento e determinação dos KAM.

Em forma de síntese, os resultados dos estudos citados são, de uma forma geral, unânimes quanto à dificuldade em eliminar as diferenças de expectativas em auditoria, assim como quanto às suas causas e possíveis soluções para a sua redução.

III - Metodologia de investigação

O presente capítulo tem como objetivo descrever e justificar o caminho usado em termos de métodos e técnicas utilizadas para responder ao objetivo principal do estudo.

3.1. Objetivos e questões de investigação do estudo

O objetivo geral do estudo é aferir o efeito esperado das alterações previstas para o relatório de auditoria, designadamente a CLC, no estreitamento das diferenças de expectativas, à luz da teoria da agência, pelo que se pretende responder à seguinte questão de investigação:

Questão principal: As alterações previstas para a CLC têm um efeito positivo na redução das diferenças de expectativa em Portugal?

A resposta a esta questão requer a resposta prévia a um conjunto de subquestões associadas com os diferentes tipos de alterações previstas para a CLC em Portugal.

A maioria das alterações previstas para a CLC converge com as sugestões de melhoria de vários autores já referenciados e que foram consideradas por estes, como possíveis soluções de estreitamento das diferenças de expectativas de auditoria.

Quanto ao formato do relatório de auditoria, vários estudos foram desenvolvidos de forma a obter soluções de melhoria da comunicação do mesmo. Chong e Pflugrath, (2008) concluíram que quando a opinião do auditor é apresentada no início do relatório de auditoria existem menos diferenças significativas entre as perceções dos auditores e dos utilizadores. Assim, tendo em conta a deslocação prevista da secção da opinião para o primeiro parágrafo da CLC, é importante formular a seguinte subquestão de investigação:

SQ1: Qual a perceção das partes interessadas pelas DF quanto aos efeitos na redução das diferenças de expectativas em auditoria da colocação da opinião em primeiro lugar na CLC em Portugal?

Outra medida de solução para o fenómeno em estudo é apontada por vários autores como sendo o reforço e esclarecimento da independência do auditor e da profissão (Gray *et al.*, 2011; Koh & Woo, 1998; McEnroe & Martens, 2001; Mock *et al.*, 2013). Está previsto como alteração ao conteúdo da CLC, a inclusão de uma declaração sobre a independência

do auditor, assim como das respetivas obrigações éticas, incluídas na secção base da opinião, logo de seguida à secção da opinião. Refira-se que, para além destes esclarecimentos, a secção base da opinião inclui reservas sempre que aplicável. Sendo assim, é importante formular a seguinte subquestão de investigação:

SQ2: Qual a perceção das partes interessadas pelas DF quanto aos efeitos que, as situações propostas para a secção base da opinião (posicionamento logo de seguida à secção da opinião, com reservas se aplicável, declaração sobre obrigações éticas e sobre a independência do auditor) têm na redução das expectativas em Portugal?

Como referido anteriormente, a educação dos utilizadores quanto à natureza do processo de auditoria é apontada como um meio de redução do desfasamento das expectativas em auditoria (Gray *et al.*, 2011; Wolf *et al.*, 1999), assim como a educação dos utilizadores quanto às terminologias e conceitos usados, nomeadamente fiabilidade, materialidade, segurança razoável, amostragem e “*true and fair view*” (Gray *et al.*, 2011; Koh & Woo, 1998; McEnroe & Martens, 2001; Wolf *et al.*, 1999).

Uma das alterações previstas para o conteúdo da CLC é curiosamente a inclusão de definições pertinentes, tais como a definição de segurança razoável, materialidade, assim como incluir esclarecimentos sobre o seu exercício de julgamento e ceticismo profissional. Desta forma, formulamos a seguinte subquestão de investigação:

SQ3: Qual a perceção das partes interessadas pelas DF quanto aos efeitos que, as definições e esclarecimentos (segurança razoável, materialidade, julgamento e ceticismo profissional) previstos para a CLC têm na redução das diferenças de expectativas em Portugal?

Outra medida apontada como solução para a redução das diferenças de expectativas em auditoria, é a expansão e clarificação das responsabilidades do auditor, principalmente no que respeita à deteção de fraude e de erros, controlo interno, materialidade, segurança razoável, incertezas de continuidade, divulgação dos níveis de materialidade e informação sobre a amostragem (Chong & Pflugrath, 2008; Gray *et al.*, 2011; Gold *et al.*, 2012; Koh & Woo, 1998; McEnroe & Martens, 2001; Mock *et al.*, 2013; Okafor & Otalor, 2013; Ruhnke & Schmidt, 2014; Wolf *et al.*, 1999).

É de referir que uma das alterações ao conteúdo da CLC é exatamente o alargamento do conteúdo da secção das responsabilidades do auditor explicando, entre outros esclarecimentos e definições já referidos, que as distorções materiais podem resultar de fraude ou de erro, e que o risco de não detetar as distorções é maior quando existe fraude. Esta secção clarifica ainda que o auditor comunicou aos responsáveis pela gestão, entre outras questões, a finalidade da auditoria, a sua calendarização e resultados significativos obtidos, assim como o facto das deficiências de controlo interno serem comunicadas à gestão. Assim, formulamos a seguinte subquestão de investigação:

SQ4: Qual a perceção das partes interessadas pelas DF quanto aos efeitos que a clarificação das responsabilidades do auditor, previstas para a CLC, tem na redução das diferenças de expectativa em Portugal?

Uma outra alteração prevista para a CLC é a inclusão de uma secção específica sobre incertezas relevantes sobre a continuidade das atividades. Refira-se que Gray *et al.* (2011) e Hatherly *et al.* (1991) referem que a ampliação do relatório de auditoria no que respeita à introdução de parágrafos sobre matérias relevantes das DF com efeitos no trabalho do auditor, em áreas específicas no relatório parece reduzir as diferenças de expectativas em auditoria.

Por outro lado, Chong e Pflugrath (2008) sugerem que a clarificação das responsabilidades da gestão pode ser um veículo para a redução do desfasamento das diferenças de expectativas em auditoria. Refira-se que uma das alterações previstas para a CLC no âmbito da continuidade é a inclusão da responsabilidade da gestão na avaliação do pressuposto da continuidade das atividades.

Desta forma, torna-se importante formular a seguinte subquestão de investigação:

SQ5: Qual a perceção das partes interessadas pelas DF quanto aos efeitos que o reforço da importância da continuidade, previsto para a CLC, tem na redução das diferenças de expectativa em Portugal?

Para além das situações propostas e supracitadas, sempre que aplicável, está previsto que o auditor inclua um parecer sobre o relatório de governo societário. Sendo assim, formulamos a seguinte subquestão:

SQ6: Qual a perceção das partes interessadas pelas DF quanto aos efeitos que o parecer sobre o relatório de governo societário tem na redução das diferenças de expectativas de auditoria em Portugal?

Gray *et al.* (2011) sugerem a divulgação de informações sobre elementos considerados chave pelo auditor na condução do seu trabalho e a subsequente discussão com a gestão, como um importante meio de redução das diferenças de expectativas em auditoria. Refira-se que uma das alterações previstas para a CLC das EIP é a inclusão de uma secção com questões consideradas chave em auditoria (KAM), previamente comunicadas à gestão. Segundo Cordo e Fülöp (2015), a introdução dos KAM no Reino Unido foi francamente bem recebida pelos utilizadores e a sua aplicabilidade aparenta surtir um efeito positivo no processo do relatório de auditoria.

Outras alterações estão previstas para além das referidas, para a CLC das EIP, sendo estas a indicação da pessoa ou órgão que nomeou o auditor, data da nomeação e o período do mandato, assim como a confirmação de que o parecer é coerente com o relatório emitido ao comité de auditoria. Assim, importa formular a seguinte subquestão:

SQ7: Qual a perceção das partes interessadas nas DF quanto aos efeitos que as alterações propostas para a CLC das EIP têm na redução das expectativas em Portugal?

3.2. Metodologia e técnicas de recolha de dados

O presente estudo assenta no paradigma qualitativo ou interpretativo, em que se procura entrar no mundo pessoal dos sujeitos para saber como interpretam diversas situações e que significado tem para eles. Assim, conduzir-se-á uma investigação qualitativa com o objetivo de investigar ideias, descobrir significados nas ações individuais, captando perceções e opiniões dos atores intervenientes no processo, através do método indutivo. Em termos de profundidade, trata-se de uma investigação exploratória visto ser de carácter provisório e realiza-se para obter conhecimento da situação que se quer estudar (Coutinho, 2011).

Tendo em conta a problemática desta investigação, iremos utilizar dois tipos de técnicas de recolha de dados, como forma de aumentar a validade e reforçar a credibilidade dos resultados da investigação, pretendendo-se fazer a triangulação da informação obtida.

Assim, as técnicas de recolha de dados serão os inquéritos por entrevistas e inquéritos por questionários, sendo os instrumentos de recolha de dados: i) entrevistas semiestruturadas (*face-to-face*), contendo questões abertas e fechadas, sendo um tipo de entrevista que exige máxima disciplina e imprime um grande rigor na informação obtida; e ii) questionários estruturados com questões fechadas (sendo um instrumento de registo escrito e planeado de forma a pesquisar dados de sujeitos, através de questões, a respeito de conhecimentos, atitudes, crenças e sentimentos) utilizando a escala de *Likert*, sendo esta a mais utilizada em pesquisas sobre opiniões (Vilelas, 2009).

É de referir que a entrevista tem sobre o questionário várias vantagens mas, por outro lado, sofre algumas limitações relativamente ao mesmo. É notório que a entrevista *face-to-face* possibilita a obtenção de informações mais ricas, porém destaca-se a limitação de recolha de informação sobre assuntos delicados e a fraca possibilidade de aplicação a grandes universos. Deste modo, optou-se por realizar, paralelamente, questionários estruturados de forma a colmatar a fraca aplicação da entrevista a grandes universos podendo, assim, fazer determinadas comparações das respostas obtidas (Vilelas, 2009).

Desta forma, o estudo está dividido em duas fases conduzidas em simultâneo: i) a fase em que se realizaram entrevistas *face-to-face* a três grupos de partes interessadas da informação de auditoria, e que se procedeu a uma análise qualitativa dos dados recolhidos, ou seja uma análise de conteúdo; e ii) a fase em que se realizaram questionários aos mesmos grupos, e se procedeu à análise quantitativa através de análise estatística descritiva (média, moda, desvio padrão, frequências, percentis e possíveis correlações significativas), com o recurso ao *Statistical Package for the Social Sciences Statistics 23.0*.

Saliente-se que as questões das entrevistas *face-to-face* e dos questionários são idênticas, diferindo apenas, no caso das entrevistas, na recolha de opinião qualitativa sobre o porquê das respostas dadas. Deste modo, as conclusões serão suscetíveis de serem generalizadas ao conjunto da população, e será possível triangular os resultados objetivos dos questionários com os resultados subjetivos das entrevistas (Coutinho, 2011).

Assim, o questionário (anexo A) está dividido em duas partes, sendo a primeira para caracterização do perfil dos inquiridos e a segunda para recolha das suas perceções. A segunda parte divide-se em três questões (relativa ao conteúdo em geral da CLC, aos

esclarecimentos do parágrafo das responsabilidades do auditor e às alterações para as EIP) subdivididas em vários pontos, de forma a dar resposta às sete subquestões de investigação apresentadas e, conseqüentemente, à questão principal do estudo: as alterações previstas para a CLC têm um efeito positivo na redução das diferenças de expectativas em Portugal?

Como já referido, foi utilizada a escala de *Likert* por ser a mais utilizada na obtenção de opiniões dos inquiridos. Assim, a escala obedeceu à seguinte ordem e designação: 1-irrelevante, 2-pouco importante, 3-importante, 4-muito importante, 5-extremamente importante.

O quadro 1 apresenta a correspondência entre as questões de investigação a que nos propomos responder e as questões do questionário.

Questões de investigação	Questões do questionário
SQ1 Qual a perceção das partes interessadas pelas DF quanto aos efeitos que a colocação da opinião em primeiro lugar no relatório tem na redução das expectativas em Portugal?	Q 1.1.
SQ2 Qual a perceção das partes interessadas pelas DF quanto aos efeitos que as situações propostas para a secção base da opinião têm na redução das expectativas em Portugal?	Q 1.2.1., Q 1.2.2. e Q 1.2.3.
SQ3 Qual a perceção das partes interessadas pelas DF quanto aos efeitos que os esclarecimentos e definições previstos para a CLC têm na redução das diferenças de expectativas em Portugal?	Q 2.1., Q 2.2., Q 2.3. e Q 2.4.
SQ4 Qual a perceção das partes interessadas pelas DF quanto aos efeitos que a clarificação das responsabilidades do auditor, previstas para a CLC, tem na redução das diferenças de expectativa em Portugal?	Q 1.3., Q 1.4., Q 2.5., Q 2.6., Q 2.7. e Q 2.8.
SQ5 Qual a perceção das partes interessadas pelas DF quanto aos efeitos que o reforço da importância da continuidade, previsto para a CLC, tem na redução das diferenças de expectativa em Portugal?	Q 1.5. e Q 1.6.
SQ6 Qual a perceção das partes interessadas pelas DF quanto aos efeitos que o parecer sobre o relatório de governo societário tem na redução das diferenças de expectativas de auditoria em Portugal?	Q 1.7.
SQ7 Qual a perceção das partes interessadas nas DF quanto aos efeitos que as alterações propostas para a CLC das EIP têm na redução das expectativas em Portugal?	Q 3.1., Q 3.2., Q 3.3., Q 3.4. e Q 3.5.

Quadro 1: Correspondência entre as questões de investigação e as questões do questionário

3.3. Seleção e caracterização da amostra

Dentro do método não probabilístico foi utilizada a amostragem intencional (*judgement*), método não aleatório, seleccionando assim os participantes que melhor representem ou

tenham conhecimento do fenómeno a investigar, ou seja os elementos considerados mais representativos da população (Vilelas, 2009).

Os três grupos que reúnem assim determinadas características e conhecimentos sobre a problemática a estudar e por este motivo, frequentemente utilizados em estudos a nível internacional como é o caso de Gray *et al.* (2011), são os CEO, analistas financeiros e ROC. Deste modo, são partes interessadas na informação financeira e respetivo relatório de auditoria com papéis ativos e bem definidos quanto a essa informação: i) os ROC analisam e verificam a credibilidade das DF emitindo o relatório de auditoria; ii) os CEO são os responsáveis pelas DF; e iii) os analistas financeiros são utilizadores das DF, dando pareceres sobre, por exemplo, as condições de financiamento das empresas.

Assim, a amostra é constituída por:

- ✓ CEO das 500 maiores e melhores empresas em Portugal publicadas na revista Exame (“500 M&M - As Quinhentas Maiores e Melhores,” 2015). Os principais indicadores económico-financeiros que estiveram na base da escolha destas empresas, no exercício de 2014, foram os seguintes: i) crescimento de vendas; ii) crescimento de resultados líquidos; e iii) rentabilidade do ativo e capital próprio. A lista dos 500 CEO foi reduzida para 438, visto 62 entidades pertencerem a grupos empresariais com o mesmo CEO. Assim, as empresas foram contactadas via telefone, solicitando o correio eletrónico adequado para o envio do questionário *online* (quando o contacto telefónico não foi possível, o questionário foi enviado para o correio eletrónico geral da empresa) e foram elaboradas entrevistas *face-to-face* aos restantes 3 CEO;
- ✓ 104 diretores de delegações de análise financeira em Portugal. Das 19 entidades inscritas na CMVM foram apenas considerados os departamentos de análise de 15 entidades, pois após contacto telefónico afirmaram não fazer análise financeira apesar da inscrição na CMVM. Assim, após a obtenção dos contactos eletrónicos através do departamento de recursos humanos das entidades, foi enviado o questionário *online* para 101 diretores e 3 foram entrevistados presencialmente;

- ✓ 62 ROC. Dos 1258 ROC ativos e inscritos na CMVM/ OROC foram inquiridos 62, sendo que foi selecionada, intencionalmente, uma formação regular da OROC com maior número de inscritos, 60 ROC, tendo sido entregue em mãos o questionário aos mesmos (optou-se por esta via, face à reduzida taxa de resposta quando o questionário é colocado *online* no *site* da OROC). Posteriormente foram feitas entrevistas *face-to-face* a 2 ROC não presentes na formação.

Saliente-se que os questionários são idênticos para os três grupos e que houve o cuidado de não entrevistar *face-to-face* um indivíduo que tenha respondido ao questionário estruturado.

Os dados referentes à população e à amostra estão sintetizados no quadro 2.

	População	Amostra Total	Entrevistados	Inquiridos
ROC	1258	62	2	60
Analistas Financeiros	104	104	3	101
CEO	438	438	3	435
Total	1800	604	8	596

Quadro 2: A amostra da investigação

Assim, foram entregues 596 questionários e foram obtidas 94 respostas, que correspondem a uma taxa de resposta de 16%, como se pode observar no quadro 3.

	Questionários Enviados	Questionários Respondidos	Taxa de Resposta
ROC	60	34	57%
Analistas Financeiros	101	18	18%
CEO	435	42	10%
Total	596	94	16%

Quadro 3: A taxa de resposta dos questionários estruturados

Refira-se que, considerando uma amostra aleatória, e sendo as respostas obtidas (94) superiores à amostra representativa (91) da população finita (1800), as respostas obtidas permitem apontar para um erro máximo de 10% com um nível de confiança de 95%.

Analisando o perfil dos inquiridos, constata-se que cerca de metade dos inquiridos (51%) tem idades compreendidas entre os 36 e 45 anos, e 24% entre os 46 e 55 anos, como se pode verificar no gráfico 1.

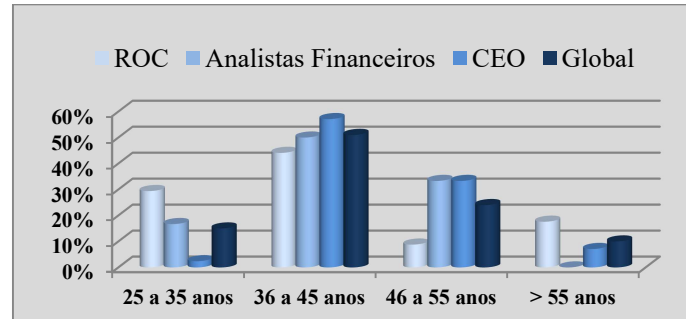


Gráfico 1: Idade dos inquiridos

Relativamente ao género dos inquiridos, 78% pertencem ao género masculino e 22% ao género feminino, como é apresentado no gráfico 2.

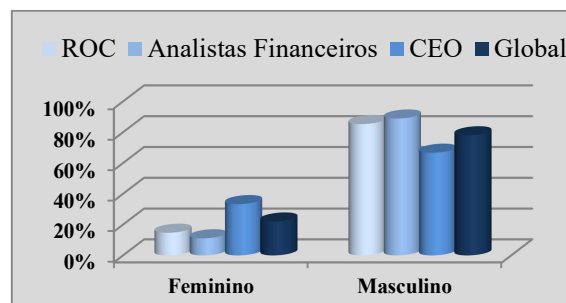


Gráfico 2: Género dos inquiridos

Por outro lado, 39% dos inquiridos apresentam experiência profissional superior a 20 anos, 21% entre 16 a 20 anos, e 22% entre 11 a 15 anos, sendo que apenas 17% têm experiência inferior a 10 anos. Estes dados encontram-se no gráfico 3.

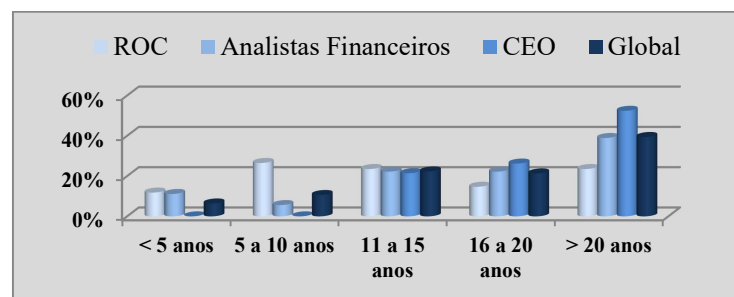


Gráfico 3: Experiência profissional dos inquiridos

Relativamente às habilitações literárias, em termos de respostas globais, 71% dos inquiridos possuem licenciatura, 27% mestrado e uma minoria (2%) possui bacharelato, conforme é apresentado no gráfico 4.

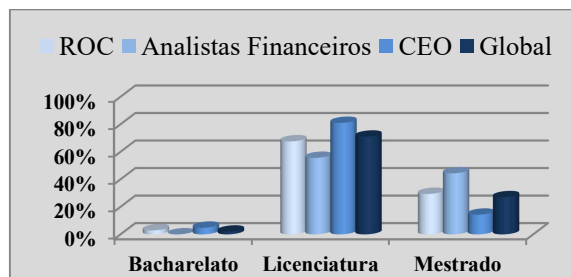


Gráfico 4: Habilitações literárias dos inquiridos

Por outro lado, em termos globais, 35% dos inquiridos são formados na área de gestão de empresas, 34% em economia e 24% possuem formação em auditoria e contabilidade, conforme apresenta o gráfico 5.

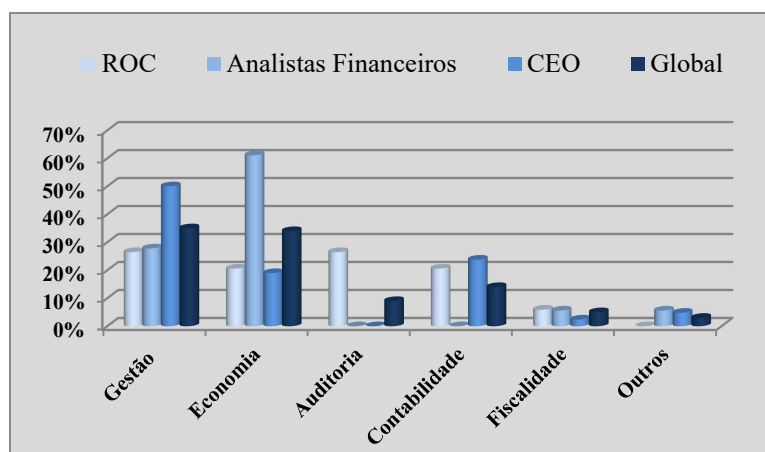


Gráfico 5: Área de formação dos inquiridos

Deste modo, conclui-se que maior parte dos inquiridos é do género masculino, possui idades compreendidas entre os 36 e 45 anos, experiência profissional superior a 20 anos e habilitações literárias ao nível da licenciatura, maioritariamente nas áreas de gestão e economia.

IV - Apresentação e discussão dos resultados

Tendo como linha condutora as sete questões de investigação, procedeu-se tanto a uma análise global dos resultados, como à análise individual para cada um dos três grupos, tentando encontrar semelhanças ou disparidades entre eles. Posteriormente os dados foram analisados de forma a aferir as alterações que sobressaem, na perceção dos inquiridos, com maior e menor efeito na redução das expectativas em auditoria.

A análise estatística dos valores mínimos, máximos, medidas de localização e de dispersão, vão sendo apresentadas neste capítulo à medida que os resultados vão sendo apresentados e discutidos. As frequências absolutas e relativas, tanto dos resultados globais como dos resultados individuais de cada grupo, estão presentes nos anexos B, C, D e E, respetivamente.

Para uma análise abrangente dos dados e tendo em conta a escala utilizada, foram utilizados três níveis para a avaliação da média: i) médias entre 1,0 e 2,5 - claramente inadequadas; ii) médias entre 2,6 e 3,5 - aceitáveis; e iii) médias entre 3,6 e 5,0 - claramente adequadas. Relativamente ao desvio padrão, indicador da dispersão das respostas em termos de afastamento da média, foram considerados quatro níveis de consenso: i) de 0,00 a 0,29 - alto consenso; ii) de 0,30 a 0,59 - consenso moderado/alto; iii) 0,60 a 0,89 - consenso moderado/baixo; e iv) mais de 0,9 - consenso baixo (Morgado, 2000).

De uma forma geral, todas as alterações foram consideradas pelos inquiridos como importantes na redução das diferenças de expectativas em auditoria (médias entre os valores 3-importante e 4-muito importante). Na triangulação dos resultados verifica-se que os mesmos são coerentes, sendo que a análise de conteúdo das entrevistas vem trazer algumas explicações para as respostas obtidas nos questionários.

4.1. Alterações previstas para todas as CLC

4.1.1. Alteração de posicionamento da opinião

O posicionamento da opinião em primeiro lugar na CLC é pelos três grupos considerado importante, com média aceitável (3,27) e moda de valor 3-importante (valor mais frequente nas respostas), como se pode observar no quadro 4.

		Respostas	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Mediana	Moda	Percentil 25%	Percentil 75%
Secção opinião como 1.º parágrafo da CLC	Respostas Globais	94	1	5	3,27	1,237	3	3	2	4
	Analistas Financeiros	18	1	5	3,44	1,097	4	3	3	4
	ROC	34	1	5	2,74	1,263	2	2	2	4
	CEO	42	1	5	3,62	1,147	4	4	3	5

Quadro 4: Resultados para a alteração de posicionamento da opinião

Estes resultados são assim coerentes com a evidência obtida por Chong e Pflugrath (2008), na medida em que afirmam que, ainda que o formato do relatório de auditoria não tenha um grande impacto na redução das expectativas em auditoria, o deslocamento da secção opinião para o início do relatório de auditoria é considerado importante na redução das expectativas em auditoria.

Porém os resultados são interessantes na medida em que os inquiridos responderam de forma diversificada, o que é evidenciado pelo desvio padrão de 1,237 (baixo consenso). Analisando os percentis, verifica-se que 25% dos inquiridos responderam como sendo pouco importante e irrelevante esta alteração, apontando para uma percentagem de pelo menos 25% dos inquiridos a considerarem a mesma muito importante e extremamente importante no aumento do valor informativo da CLC.

Contudo, constata-se uma maior aceitação desta alteração de formato por parte dos CEO (média claramente adequada de 3,62 e desvio padrão de 1,147) em contraste com os ROC (média aceitável de 2,74 e desvio padrão de 1,263), considerada para este grupo a alteração menos importante na redução do desfasamento das expectativas em auditoria.

Estes resultados foram cruzados com as opiniões dos inquiridos nas entrevistas presenciais e de facto são convergentes. Refira-se que os analistas entrevistados sublinham que esta alteração do formato, apesar de importante, não é relevante na medida em que verificam toda a CLC, referindo ainda que esta alteração será apenas importante para os acionistas que leem de relance o relatório. Os analistas realçam ainda o risco que poderá ocorrer com a possibilidade de alguns interessados não lerem o restante relatório.

Quando entrevistados, os ROC afirmam não ter grande importância na redução das expectativas em auditoria o facto da secção da opinião ser deslocada para o início da CLC, na medida em que não faz grande sentido a secção da opinião aparecer antes da descrição do âmbito do trabalho. Porém, consideram que este reposicionamento vem de certa forma colmatar a nova tendência de aumento e densidade de informação exposta no relatório.

Por outro lado, os CEO afirmam que o facto da secção opinião ser reposicionada para o primeiro parágrafo da CLC dá de imediato o retrato da situação da empresa.

Assim, a SQ1 pode ser respondida positivamente, isto é, na perceção das partes interessadas o novo posicionamento da opinião tem um efeito positivo na redução das diferenças de expectativas de auditoria em Portugal, sendo claramente de maior relevância para os CEO e analistas financeiros do que para os ROC.

4.1.2. Alterações na base de opinião

Os resultados obtidos estão sintetizados no quadro 5.

		Respostas	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Mediana	Moda	Percentil 25%	Percentil 75%
Base da opinião com reservas, se aplicável	Respostas Globais	94	1	5	4,03	1,021	4	5	3	5
	Analistas Financeiros	18	3	5	4,72	0,575	5	5	4	5
	ROC	34	2	5	3,50	1,052	3,5	3	3	4
	CEO	42	1	5	4,17	0,935	4	5	4	5
Declaração sobre obrigações éticas	Respostas Globais	94	1	5	3,22	1,118	3	4	2	4
	Analistas Financeiros	18	2	5	3,44	0,922	3,5	4	3	4
	ROC	34	1	5	2,94	1,099	3	2	2	4
	CEO	42	1	5	3,36	1,186	3,5	4	2	4
Declaração sobre independência	Respostas Globais	94	1	5	3,54	1,104	4	4	3	4
	Analistas Financeiros	18	3	5	3,89	0,758	4	4	3	4
	ROC	34	1	5	3,32	1,093	3	4	2	4
	CEO	42	1	5	3,57	1,213	4	5	3	5

Quadro 5: Resultados para a base da opinião

Relativamente à secção base da opinião, foram inquiridas as partes interessadas quanto aos efeitos na redução das expectativas em Portugal, as situações propostas: secção base da

opinião logo de seguida à secção da opinião, com reservas se aplicável (Q 1.2.1), declaração sobre obrigações éticas do auditor (Q 1.2.2) e declaração sobre a independência do auditor (Q 1.2.3).

Assim, a inclusão de reservas sempre que aplicável, logo após a secção da opinião (Q 1.2.1) é a alteração mais apoiada entre as três situações propostas para esta secção, com média claramente adequada (valor 4,03), sendo que 75% das respostas avaliam como importante, muito importante e extremamente importante e ainda o valor mais frequente nas respostas 5-extremamente importante. Por outro lado, esta alteração obteve um desvio padrão de 1,021, que apesar de indicar que as respostas se afastam da média, ou seja um baixo consenso, é o valor mais baixo de medida de dispersão obtido para esta secção em termos de respostas globais.

Importa referir, também, que é unânime a preferência dos três grupos quanto à inclusão nesta secção da declaração sobre a independência do auditor (Q 1.2.3) (média aceitável de 3,54) quando comparada com a inclusão da declaração sobre as obrigações éticas (Q 1.2.2) (média aceitável de 3,22). Analisando os percentis da inclusão de uma declaração sobre a independência do auditor, é possível constatar que 75% dos inquiridos consideram esta alteração como importante, muito importante e extremamente importante e ainda que apenas 25% dos inquiridos respondem com os valores igual ou inferior a 3-importante.

Refira-se que esta preferência pelo reforço e esclarecimento da independência do auditor e da profissão é congruente com as evidências obtidas por Gray *et al.* (2011), Koh e Woo (1998), McEnroe e Martens (2001) e Mock *et al.* (2013).

Por outro lado, as situações propostas são claramente mais apoiadas pelos analistas financeiros e menos apoiadas pelos ROC, opiniões coerentes com as perceções obtidas nas entrevistas *face-to-face*. Relativamente às declarações sobre a independência e obrigações éticas do auditor, e na opinião dos analistas financeiros e CEO, quanto mais informação melhor, porém estes afirmam que na análise à CLC partem do princípio que o auditor procede com estes valores.

De igual modo, os ROC sublinham que estes itens não são novos, apenas passam a estar divulgados e clarificados, pois devem agir sempre de acordo com estas obrigações, sendo

assim um pressuposto da atividade. Os ROC temem, assim, que a CLC se torne num documento muito extenso e denso, mas ainda assim, tendo em conta o objetivo desta divulgação ser a diminuição das diferenças de expectativas em auditoria, consideram estas declarações de facto importantes.

Tanto os CEO como os ROC entrevistados indicam ser de extrema importância o destacamento desta secção, incluindo reservas sempre que aplicável, para o início da CLC visto que a base da opinião do auditor se deve apresentar logo após a secção da opinião. Os CEO referem ainda que, na ótica do utilizador da CLC, tudo o que pode ser problemático estará nesta secção e, assim, se a opinião for limpa leem tranquilamente a restante CLC, caso contrário partem para a tentativa de esclarecimento sobre os itens assinalados.

Dos resultados obtidos, em que fica claro para os diferentes inquiridos, a consideração destas informações como relevantes (com médias a variar entre 2,94 a 4,72), podemos responder à SQ2 afirmando que, na perceção das partes interessadas pelas DF, as situações propostas para a secção base da opinião têm um efeito positivo na redução das expectativas em Portugal.

4.1.3. Alterações no parágrafo das responsabilidades do auditor

4.1.3.1. Esclarecimentos e definições propostas

Pretende-se conhecer a perceção que as partes interessadas pelas DF têm quanto aos efeitos que os esclarecimentos e definições previstos para a CLC têm na redução das diferenças de expectativas em Portugal, nomeadamente sobre segurança razoável (Q 2.1), materialidade (Q 2.2), julgamento (Q 2.3) e ceticismo profissional (Q 2.4).

Os resultados estatísticos relativos às questões sobre os esclarecimentos e definições propostas para a CLC estão apresentados no quadro 6.

		Respostas	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Mediana	Moda	Percentil 25%	Percentil 75%
Segurança razoável	Respostas Globais	94	1	5	3,57	0,836	4	4	3	4
	Analistas Financeiros	18	2	5	3,50	0,707	3,5	3	3	4
	ROC	34	2	5	3,44	0,927	3,5	4	3	4
	CEO	42	1	5	3,71	0,805	4	4	3	4
Materialidade	Respostas Globais	94	1	5	3,75	0,789	4	4	3	4
	Analistas Financeiros	18	3	5	3,61	0,608	4	4	3	4
	ROC	34	2	5	3,50	0,826	4	4	3	4
	CEO	42	1	5	4,00	0,765	4	4	4	4
Julgamento profissional	Respostas Globais	94	1	5	3,38	0,856	3	3	3	4
	Analistas Financeiros	18	2	5	3,39	0,778	3	3	3	4
	ROC	34	2	5	3,24	0,855	3	3	3	4
	CEO	42	1	5	3,50	0,890	3	3	3	4
Ceticismo profissional	Respostas Globais	94	1	5	3,07	0,986	3	3	2	4
	Analistas Financeiros	18	1	5	3,17	1,043	3	3	3	4
	ROC	34	1	5	3,06	0,983	3	3	3	4
	CEO	42	1	5	3,50	0,890	3	3	2	4

Quadro 6: Resultados para os esclarecimentos e definições propostas

Salienta-se a preferência dos inquiridos pela definição de materialidade (Q 2.2), com média claramente adequada (3,75) e desvio padrão de 0,789 indicando um consenso moderado/baixo nas respostas, sendo que 75% da totalidade dos inquiridos classificam esta inclusão na CLC como importante, muito importante e extremamente importante no aumento do valor informativo da CLC.

Ao analisar individualmente as respostas verifica-se uma maior aceitação deste item por parte dos CEO (média claramente adequada de valor 4,00) em contraste com uma menor aceitação por parte dos ROC (média aceitável de valor 3,50), ainda que considerada importante. Refira-se que o valor mínimo nas respostas dos analistas financeiros foi o valor 3-importante, e nas respostas dos ROC o valor 2-pouco importante para a inclusão desta definição.

Desta forma, os resultados obtidos vão ao encontro das conclusões obtidas por Gray *et al* (2011), Koh e Woo (1998), McEnroe e Martens (2001) e Wolf *et al.* (1999), em particular

na necessidade de educar os utilizadores quanto às terminologias e conceitos usados, nomeadamente materialidade e segurança razoável.

Por outro lado, o esclarecimento do ceticismo profissional do auditor (Q 2.4) é considerado pelos três grupos a inclusão menos relevante na secção das responsabilidades do auditor, apesar de ser considerado pelos inquiridos como importante. Assim, esta alteração obteve a média mais baixa de todos os itens desta secção (3,07) e desvio padrão de 0,986 (consenso baixo), seguida do esclarecimento sobre o exercício do julgamento profissional do auditor (Q2.3), com média de 3,38 (aceitável) e desvio padrão de 0,856 indicando uma menor dispersão nas respostas (consenso moderado/baixo).

Estes resultados foram cruzados com a opinião dos inquiridos nas entrevistas presenciais e, assim, os CEO entrevistados consideram que a clarificação destes termos na secção das responsabilidades do auditor é de extrema importância na medida em que oferece condições para a correta interpretação das conclusões do auditor.

De igual modo, os analistas financeiros inscritos na CMVM afirmam que para além de ser uma salvaguarda para os auditores, o esclarecimento destes itens transpõe uma comunicação importante para os utilizadores, ou seja, que o trabalho do auditor não oferece 100% de segurança e tem de certa forma uma forte componente subjetiva. Os analistas referem ainda que apesar do auditor já se ver obrigado a agir de acordo com estes pressupostos, a declaração por escrito vai obrigá-lo moralmente a melhorar a sua conduta, assim como colocar rigor no seu trabalho.

É de salientar que, os ROC consideram ser de extrema importância esclarecer as definições de materialidade e segurança razoável, visto serem conceitos que são algo problemáticos e de difícil interpretação para os utilizadores da CLC.

Com os resultados obtidos nas questões 2.1. a 2.4. do questionário, estamos em condições de responder à SQ3. Assim, a perceção das partes interessadas pelas DF é de que os esclarecimentos e definições, e com algum destaque a definição de materialidade, têm um efeito positivo na redução das diferenças de expectativas em Portugal.

4.1.3.2. Clarificação das responsabilidades do auditor

Os resultados estatísticos relativamente às questões associadas à clarificação das responsabilidades do auditor apresentam-se no quadro 7.

		Respostas	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Mediana	Moda	Percentil 25%	Percentil 75%
Alargamento do conteúdo da secção responsabilidades do auditor	Respostas Globais	94	1	5	3,36	1,056	3	3	3	4
	Analistas Financeiros	18	3	5	3,67	0,686	4	3	3	4
	ROC	34	1	5	3,03	0,969	3	3	2	4
	CEO	42	1	5	3,50	1,195	4	4	3	4
Parte do conteúdo pode ser apresentada em anexo à CLC	Respostas Globais	94	1	5	3,16	1,129	3	3	2	4
	Analistas Financeiros	18	2	5	3,50	0,707	3,5	3	3	4
	ROC	34	1	5	2,77	1,182	3	2	2	4
	CEO	42	1	5	3,33	1,162	3	3	3	4
Distorções materiais podem resultar de fraude ou erro	Respostas Globais	94	1	5	3,80	0,923	4	4	3	4
	Analistas Financeiros	18	3	5	4,11	0,471	4	4	4	4
	ROC	34	1	5	3,44	0,894	3,5	4	3	4
	CEO	42	1	5	3,95	1,011	4	5	3	5
O risco de não deteção é maior quando existe fraude	Respostas Globais	94	1	5	3,66	0,899	4	3	3	4
	Analistas Financeiros	18	3	5	3,83	0,707	4	4	3	4
	ROC	34	2	5	3,47	0,788	3	3	3	4
	CEO	42	1	5	3,74	1,037	4	3	3	5
A natureza dos itens que foram comunicados à gestão	Respostas Globais	94	1	5	3,63	1,026	4	4	3	4
	Analistas Financeiros	18	2	5	3,67	0,767	4	4	3	4
	ROC	34	2	5	3,56	0,960	4	4	3	4
	CEO	42	1	5	3,67	1,183	4	4	3	5
As deficiências de controlo interno são comunicadas à gestão	Respostas Globais	94	1	5	3,72	0,978	4	4	3	4
	Analistas Financeiros	18	2	5	3,94	0,725	4	4	4	4
	ROC	34	2	5	3,68	0,976	4	4	3	4
	CEO	42	1	5	3,67	1,075	4	3	3	5

Quadro 7: Resultados para a clarificação das responsabilidades do auditor

Importa frisar que a expansão e os esclarecimentos envolvem o alargamento da secção de responsabilidades do auditor (Q 1.3), parte do conteúdo desta secção poder estar em anexo à CLC (Q 1.4), o facto das distorções materiais poderem resultar de erro ou de fraude (Q 2.5), o risco de não detetar as distorções ser maior quando há fraude (Q 2.6), os itens que

foram comunicados à gestão (Q 2.7) e o facto das deficiências do controlo interno serem comunicadas à gestão (Q 2.8).

O alargamento do conteúdo da secção das responsabilidades do auditor (Q 1.3) e parte deste conteúdo poder estar em anexo à CLC (Q 1.4), ambos com médias aceitáveis (3,36 e 3,16 respetivamente), foram entendidos como importantes para a redução do desfasamento das diferenças de expectativas. Porém, é quando se questiona item a item que os inquiridos acrescentam importância à alteração.

Refira-se que, com médias claramente adequadas, o esclarecimento sobre as distorções poderem resultar de fraude ou erro (Q2.5) (média de 3,80) e a indicação de que são comunicadas à gestão as deficiências do controlo interno (Q 2.8) (média de 3,72), são mais apoiadas quando comparadas com o esclarecimento de que o risco de não deteção ser maior quando existe fraude (Q 2.6) (média de 3,66), e o esclarecimento de que o auditor comunicou aos responsáveis pela gestão, entre outros itens, a finalidade da auditoria, a sua calendarização e resultados significativos obtidos (Q 2.7) (média de 3,63).

Assim, o esclarecimento sobre as distorções poderem resultar de fraude ou erro (Q 2.5) é, em termos globais, considerado o esclarecimento mais importante, com o valor 4-muito importante mais frequente nas respostas e 50% dos inquiridos a classificarem este item como muito importante e extremamente importante.

Desta forma, estes resultados são coerentes com as evidências obtidas por Chong e Pflugrath (2008), Gray *et al.* (2011), Gold *et al.* (2012), Koh e Woo (1998), McEnroe e Martens (2001), Mock *et al.* (2013), Okafor e Otalor (2013), Ruhnke e Schmidt (2014) e Wolf *et al.* (1999), na medida em que estes autores apontam como solução para a redução das diferenças de expectativas em auditoria a expansão e clarificação das responsabilidades do auditor, principalmente no que respeita à deteção de fraude e de erros.

Os resultados obtidos são unânimes para os CEO e analistas financeiros. Contudo, os ROC elegeram dentro destes quatro itens, o esclarecimento de que as deficiências do controlo interno são comunicadas à gestão (Q 2.8) com média claramente adequada (3,68), como o item que mais adiciona valor informativo à CLC, sendo que o valor mais frequente das respostas é o valor 4-muito importante.

Na opinião dos ROC, o esclarecimento de que as distorções materiais podem resultar de erro ou fraude (Q 2.5), apesar de considerarem importante é o item com menor média (média aceitável de valor 3,44), seguido do esclarecimento sobre o risco de não detetar distorções materiais ser maior quando há fraude (Q 2.6). Conclui-se assim, que os ROC valorizam esclarecimentos sobre os itens que foram comunicados à gestão, em particular o esclarecimento de que as deficiências do controlo interno são comunicadas à gestão.

Os resultados desta análise foram cruzados com a opinião dos inquiridos nas entrevistas *face-to-face*. Assim, no que respeita às divulgações sobre o facto das deficiências do controlo interno serem comunicadas à gestão, os analistas financeiros e os CEO consideram-na como sendo muito importante na medida em que pode melhorar o desempenho das empresas.

Por outro lado, os CEO referem que estes esclarecimentos podem criar confusão para os leitores das DF na medida em que poderá ser entendido que existem deficiências no controlo interno mesmo quando não existam, sendo que o mesmo raciocínio se aplica ao esclarecimento dos itens comunicados à gestão.

Refira-se que, na opinião dos ROC o facto de parte da declaração das responsabilidades do auditor poder estar em anexo, pode diminuir o conteúdo do relatório evitando a emissão de uma CLC extremamente densa e extensa. Ainda assim, consideram ser importante a clarificação do papel do auditor relativamente à fraude, e o facto de se esclarecer que as distorções materiais podem resultar de fraude e de erro conjuntamente com a definição da materialidade, pode esclarecer os utilizadores quanto ao âmbito da sua atuação nos termos do nível de materialidade afixado.

Porém a ideia geral, relativamente aos esclarecimentos, definições e descrição das responsabilidades do auditor, é que estes itens vêm informar os utilizadores sobre o que pode esperar de uma auditoria, vinculando muito mais o auditor às mesmas. Tal como Simnett e Huggins (2014) concluíram, a adição de informações ao relatório de auditoria sobre julgamentos nos processos do auditor é bem recebida por parte dos utilizadores.

Os resultados proporcionam evidência de que os interessados pelas DF têm perceção de que a clarificação das responsabilidades do auditor tem um efeito positivo na redução das diferenças de expectativa em Portugal, respondendo-se, assim, à SQ4.

4.1.4. Reforço da importância da continuidade

Os resultados sobre a perceção das partes interessadas pelas DF quanto aos efeitos que o reforço da importância da continuidade previsto para a CLC tem na redução das diferenças de expectativa em Portugal, ou seja a SQ5, estão apresentados no quadro 8.

		Respostas	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Mediana	Moda	Percentil 25%	Percentil 75%
Responsabilidade na avaliação pressuposto da continuidade	Respostas Globais	94	1	5	3,48	1,162	4	3	3	4
	Analistas Financeiros	18	2	5	3,50	0,707	3,5	3	3	4
	ROC	34	1	5	3,65	1,299	4	5	3	5
	CEO	42	1	5	3,33	1,203	3	3	3	4
Secção específica de incertezas relevantes sobre a continuidade	Respostas Globais	94	1	5	3,60	1,019	4	4	3	4
	Analistas Financeiros	18	1	5	3,67	1,029	4	4	3	4
	ROC	34	1	5	3,56	1,076	4	3	3	4
	CEO	42	1	5	3,57	0,991	4	4	3	4

Quadro 8: Resultados para as questões relacionadas com a importância da continuidade

O reforço da importância da continuidade no relatório de auditoria envolve o facto de incluir na secção das responsabilidades da gestão, a sua responsabilidade em avaliar o pressuposto da continuidade (Q 1.5) e a inclusão de uma secção específica sobre a continuidade e com o título de incertezas relevantes sobre a continuidade (Q 1.6).

Assim, verifica-se que das alterações previstas no âmbito da continuidade, a inclusão de uma secção específica de incertezas relevantes sobre a continuidade (Q 1.6) foi avaliada como sendo muito importante para a redução de expectativas em auditoria (média claramente adequada de 3,60 e desvio padrão de 1,019), com valor mais frequente das respostas 4-muito importante e 75% dos respondentes a classificarem este item como importante, muito importante e extremamente importante.

Esta preferência pela secção específica de incertezas relevantes sobre a continuidade vai ao encontro da conclusão de Gray *et al.* (2011) e Hatherly *et al.* (1991), quando referem que a

introdução de parágrafos sobre matérias relevantes das DF em áreas específicas no relatório parece reduzir as diferenças de expectativas em auditoria.

Refira-se que os resultados globais são unânimes para os CEO e para os analistas financeiros. É de salientar que os ROC, ao contrário dos restantes inquiridos, consideram a inclusão da responsabilidade de avaliação da continuidade na secção das responsabilidades da gestão (Q 1.5), com valor mais frequente das respostas o 5-extremamente importante, mais importante do que a inclusão de uma secção específica de incertezas relevantes sobre a continuidade (com valor 3-importante mais frequente nas respostas).

Esta preferência dos ROC vai ao encontro dos resultados obtidos por Chong e Pflugrath (2008) quando sugerem que a clarificação das responsabilidades da gestão pode ser um importante veículo na redução das diferenças de expectativas em auditoria.

Ainda assim, os resultados globais indicam que a inclusão na secção das responsabilidades dos responsáveis pela gestão da sua responsabilidade na avaliação do pressuposto da continuidade (Q 1.5) é importante na redução das expectativas em auditoria (média aceitável de 3,48 e desvio padrão de 1,162) com o valor 3-importante mais frequente nas respostas e pelo menos 50% dos inquiridos a responderem com os valores 3-importante e 4-muito importante.

Estes resultados foram cruzados com as opiniões obtidas nas entrevistas e, assim, quanto à secção de incertezas relevantes sobre a continuidade, os inquiridos referem que a secção específica chamará mais a atenção para estes assuntos quando comparado com a divulgação no parágrafo das ênfases, podendo assim diminuir as diferenças de expectativas em auditoria.

Refira-se que os analistas entrevistados consideram as divulgações sobre a continuidade as mais importantes de todas as alterações ao conteúdo da CLC, referindo ainda que as questões de continuidade são as que mais interessam para a concessão de crédito às empresas.

Quanto ao esclarecimento sobre a responsabilidade da gestão em avaliar o pressuposto da continuidade, é visto pelos CEO como uma salvaguarda para o ROC, sendo que os ROC afirmam que este esclarecimento é importante na medida em que a gestão não tem o hábito

de avaliar este pressuposto, salientando ainda que o reforço na divulgação sobre a continuidade é muito importante face à conjuntura económica atual.

Assim, a resposta à SQ5 é também no mesmo sentido, isto é, a perceção das partes interessadas é a de que o reforço da preocupação com a continuidade tem um efeito positivo na redução das diferenças de expectativas em auditoria.

4.1.5. Parecer sobre o relatório de governo societário

Quanto aos resultados da questão sobre a perceção das partes interessadas pelas DF quanto aos efeitos que o parecer sobre o relatório de governo societário tem na redução das diferenças de expectativas de auditoria em Portugal, estão apresentados no quadro 9.

		Respostas	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Mediana	Moda	Percentil 25%	Percentil 75%
Parecer sobre o relatório de governo societário	Respostas Globais	94	1	5	3,27	1,039	3	3	3	4
	Analistas Financeiros	18	2	5	3,61	0,979	4	4	3	4
	ROC	34	1	5	3,15	0,958	3	3	3	4
	CEO	42	1	5	3,21	1,116	3	3	3	4

Quadro 9: Resultados para a questão relativa ao parecer sobre o relatório de governo societário

Refira-se que a inclusão de um parecer sobre o relatório de governo societário, quando aplicável, com média aceitável (3,27), desvio padrão de 1,039 e valor 3-importante como valor mais frequente nas respostas, foi considerada como muito importante e extremamente importante no aumento do valor informativo da CLC por pelo menos 25% dos inquiridos, sendo que pelo menos 50% consideraram este parecer como importante e muito importante.

Porém, esta alteração obteve maior aceitação por parte dos analistas financeiros (média claramente adequada de 3,61), seguida dos CEO (média aceitável de 3,214) e posteriormente dos ROC (média aceitável de 3,15).

Estes dados foram cruzados com as opiniões obtidas nas entrevistas *face-to-face* e o maior esforço de trabalho incumbido ao auditor em emitir um parecer sobre este tipo de relatório é considerado como extremamente importante para os utilizadores do mesmo, porém com algumas preocupações adjacentes.

Assim, na opinião dos CEO, esta função acrescida para os ROC poderá ser eventualmente conflituosa para as duas partes sendo que será necessária uma mudança cultural para o efeito, questionando ainda qual a base que o ROC tem para classificar este trabalho feito pela administração.

Por outro lado, na opinião dos analistas financeiros, será muito difícil existirem pareceres negativos sobre este tipo de relatório, e curiosamente, os ROC afirmam que este acréscimo de trabalho poderá, face à conjuntura de concorrência entre os profissionais de auditoria, por em causa a qualidade do trabalho em auditoria, e temem que o parecer poderá vir a ser *standard*.

Assim, com média a variar entre 3,15 e 3,61 para os três grupos, o parecer sobre o relatório de governo societário tem, também, um efeito positivo na redução das diferenças de expectativas em auditoria (resposta à SQ6).

4.2. Alterações previstas para a CLC das EIP

Refira-se que as alterações previstas para a CLC das EIP incluem: uma secção de KAM (Q 3.1), a indicação da pessoa ou órgão que nomeou o auditor (Q 3.2), a indicação da data de nomeação (Q 3.3), a indicação do período do mandato (Q 3.4) e a confirmação de que o parecer é coerente com o relatório emitido ao comité de auditoria (Q 3.5).

Os resultados estatísticos relativos a estas alterações estão apresentados no quadro 10.

		Respostas	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Mediana	Moda	Percentil 25%	Percentil 75%
Inclusão de uma secção específica sobre KAM	Respostas Globais	94	1	5	3,65	0,958	4	4	3	4
	Analistas Financeiros	18	2	5	3,72	0,752	4	4	3	4
	ROC	34	1	5	3,62	0,954	4	4	3	4
	CEO	42	1	5	3,64	1,055	4	4	3	4
Indicação da pessoa ou órgão que nomeou o auditor	Respostas Globais	94	1	5	3,30	1,217	3	4	2	4
	Analistas Financeiros	18	1	5	3,44	0,984	4	4	3	4
	ROC	34	1	5	3,27	1,214	3	4	2	4
	CEO	42	1	5	3,26	1,326	3	3	2	4
Indicação da data de nomeação do auditor	Respostas Globais	94	1	5	3,01	1,112	3	3	2	4
	Analistas Financeiros	18	2	5	3,17	0,786	3	3	3	4
	ROC	34	1	5	2,88	1,095	3	2	2	4
	CEO	42	1	5	3,05	1,249	3	3	2	4
Indicação do período do mandato	Respostas Globais	94	1	5	3,12	1,125	3	3	2	4
	Analistas Financeiros	18	2	5	3,33	0,970	3	3	3	4
	ROC	34	1	5	2,77	1,075	3	2	2	4
	CEO	42	1	5	3,31	1,179	3	3	2	4
Parecer é coerente com o relatório emitido ao comité de auditoria	Respostas Globais	94	1	5	3,69	1,098	4	4	3	5
	Analistas Financeiros	18	2	5	4,06	0,802	4	4	4	5
	ROC	34	1	5	3,47	1,237	4	4	3	4
	CEO	42	1	5	3,71	1,066	4	3	3	5

Quadro 10: Resultados para as alterações na CLC das EIP

Pode-se concluir que a confirmação de que o parecer é coerente com o relatório emitido ao comité de auditoria (Q 3.5) e a inclusão de uma secção de KAM (Q3.1) são consideradas pelos inquiridos como muito importantes, tendo ambas moda e mediana de valor 4-muito importante e médias claramente adequadas (de valores 3,69 e 3,65 respetivamente), demonstrando uma ligeira preferência pelo parecer sobre o relatório emitido ao comité de auditoria.

Estes resultados estão em concordância com a evidência obtida por Cordo e Fülöp (2015) quando concluem que a aplicabilidade dos KAM surte efeito positivo no processo do relatório de auditoria, assim como a evidência de Gray *et al.* (2011) quando sugerem que a divulgação de informações sobre elementos considerados chave pelo auditor na condução do seu trabalho pode reduzir o desfasamento das diferenças de expectativas.

Ao analisar os dados individualmente, os analistas financeiros e os CEO dão preferência à confirmação de que o parecer é coerente com o relatório emitido ao comité de auditoria (Q 3.5), enquanto para os ROC, a inclusão da secção de KAM (Q 3.1) é a mais importante de todas as alterações para as EIP. Destaca-se ainda que na opinião dos ROC o item menos importante é a indicação do período do mandato (Q 3.4), ao contrário dos analistas financeiros e dos CEO que consideram para este efeito a indicação da data da nomeação (Q 3.2).

Por outro lado, a indicação da pessoa ou órgão que nomeou o auditor (média aceitável 3,30 e desvio padrão 1,217), a indicação da data da nomeação (média aceitável de 3,01 e desvio padrão 1,112) e a indicação do período do mandato (média aceitável de 3,12 e desvio padrão 1,125), são consideradas importantes embora com um baixo consenso nas respostas e ainda uma percentagem de 25% dos inquiridos a responder como sendo irrelevante e pouco importante para a diminuição das diferenças de expectativas em auditoria.

Os resultados da análise descritiva foram triangulados com as opiniões dos entrevistados e de facto os resultados são convergentes. Dada a importância das EIP, a inclusão da secção de KAM e o facto do parecer do auditor ser coerente com o relatório emitido ao comité de auditoria são as alterações de eleição dos CEO e dos analistas financeiros. Os analistas financeiros afirmam que na sua opinião existiria um impacto ainda mais positivo no valor informativo da CLC se a inclusão da secção de KAM na CLC fosse obrigatória para todas as entidades.

Porém, os ROC salientam que, na medida em que algumas das matérias divulgadas poderão não ser materialmente relevantes, poderão confundir os leitores, e até mesmo levantar conflitos entre o cliente e o auditor. Assim, os ROC sublinham que é necessário, numa primeira fase, apoiar os auditores no julgamento e na determinação de KAM, tal como concluído na investigação de Cordo e Fülöp (2015).

A indicação do órgão que nomeou o auditor, a data de nomeação e o período de mandato são considerados importantes (embora com pouca expressão) na medida em que oferecem maior transparência na CLC das EIP. Ainda assim, os analistas financeiros afirmam que são itens a que não irão dar grande importância na leitura da CLC.

Apesar dos ROC serem os entrevistados que menos importância dão a estas inclusões, ainda assim, consideram o período de mandato de certa forma importante na medida em que pode ser possível tirar ilações sobre os resultados do trabalho do auditor consoante o período do mandato e subsequentemente o seu conhecimento do negócio. Por outro lado, consideram a indicação da pessoa ou órgão que nomeou o auditor pouco importante no valor informativo da CLC.

Assim, em resposta à SQ7 a perceção das partes interessadas nas DF é a de que as alterações previstas para a CLC das EIP têm um efeito positivo na redução das diferenças de expectativa em auditoria.

4.3. Análise global dos resultados

Em forma de síntese, e respondendo à questão principal, obteve-se evidência de que as alterações previstas para a CLC têm um efeito positivo na redução das diferenças de expectativa em Portugal, sendo que são mais apoiadas pelos analistas financeiros.

Assim, concluímos que a alteração de formato surte efeito na redução das expectativas em Portugal, assim como uma maior divulgação sobre vários itens na CLC, incluindo definições e esclarecimentos sobre as responsabilidades do auditor e da gestão, para além de obrigar moralmente os intervenientes a agirem em concordância, efetivamente oferecem maior valor informativo ao relatório.

Torna-se importante salientar que, através da análise do ρ de Spearman, são verificadas correlações significativas entre algumas alterações à CLC. Este coeficiente varia entre -1 e 1, sendo que quanto mais próximo de 1, maior é a correlação (positiva) entre as variáveis, (um coeficiente superior a 0,8 é considerado muito forte e superior a 0,7 é considerado forte). Refira-se que o ρ de Spearman não é sensível à presença de *outliers* e assimetrias de distribuição, não exigindo assim que os dados provenham de uma população com distribuição normal (Hill & Hill, 2009).

Assim, apresentamos no quadro 11 as correlações positivas encontradas classificadas como muito fortes (superior a 0,8) e fortes (superior a 0,7), e para as quais a hipótese nula (não existe correlação) foi rejeitada para um nível de significância de 0,05, sendo que os coeficientes de correlação entre todas as alterações são apresentados no anexo F.

	Coeficiente correlação	Valor-p bilateral
Declaração sobre as obrigações éticas / Declaração sobre a independência	0,832	~0,000
Indicação da data de nomeação / Indicação do período do mandato (EIP)	0,827	~0,000
Esclarecimento dos itens que foram comunicados à gestão/ Esclarecimento do facto das deficiências do controlo interno serem comunicadas à gestão	0,766	~0,000
Esclarecimento de que as distorções materiais podem resultar de fraude ou de erro/ Esclarecimento do risco de não detetar as distorções ser maior quando há fraude	0,753	~0,000
Indicação da data da nomeação / Indicação do órgão que nomeou o auditor (EIP)	0,717	~0,000
Declaração sobre as obrigações éticas/ O exercício de julgamento profissional	0,710	~0,000

Quadro 11: Correlações de Spearman

Com um coeficiente muito forte, de valor de 0,832, podemos afirmar que as declarações sobre as obrigações éticas e independência do auditor estão fortemente correlacionadas, e que as mesmas variam no mesmo sentido. De igual forma, a indicação da data de nomeação do auditor e a indicação do período do mandato têm entre si uma correlação positiva muito forte, 0,827.

Ainda assim, existem outras variáveis que, embora com um coeficiente inferior a 0,80, são fortemente correlacionadas entre si, a saber: i) com coeficiente de correlação 0,766, os itens comunicados à gestão e o esclarecimento de que as deficiências do controlo interno foram igualmente comunicadas; ii) com coeficiente de correlação 0,753, o esclarecimento de que as distorções materiais podem resultar de fraude e de erro e que o risco de não detetar as distorções é maior quando há fraude; iii) com coeficiente de correlação 0,717, a indicação da data da nomeação e do órgão que nomeou o auditor para a CLC das EIP; e iv) com coeficiente de correlação 0,710, a declaração de obrigações éticas e o esclarecimento sobre o julgamento profissional.

Por outro lado, analisando as alterações de uma forma global, destaca-se como a alteração mais apoiada pela totalidade dos inquiridos como redutora das diferenças de expectativas em auditoria, a secção base da opinião como segundo parágrafo da CLC, logo após a secção da opinião, com reservas sempre que aplicável, com uma média claramente adequada (4,03) e valor mais frequente das respostas o valor 5-extremamente importante.

Refira-se que estes resultados são unânimes, tanto para os analistas financeiros (média claramente adequada de 4,72 e desvio padrão de 0,575) como para os CEO (média

claramente adequada de 4,17 e desvio padrão de 0,935), ainda que mais apoiada pelos analistas financeiros com um consenso moderado/alto.

Contudo, esta alteração não foi eleita pelos ROC como a que mais efeito provoca na redução das expectativas em auditoria, elegendo para este efeito a inclusão na secção as responsabilidades do auditor do esclarecimento de que as deficiências do controlo interno são comunicadas à gestão.

Porém, outras alterações sobressaem nos resultados obtidos, além da secção base da opinião após a opinião, com reservas se aplicável, a saber: i) a secção das responsabilidades do auditor conter esclarecimentos sobre a fraude, a definição de materialidade e o esclarecimento sobre o facto das deficiências do controlo interno serem comunicados à gestão; ii) a CLC das EIP conter a confirmação de que o parecer é coerente com o relatório emitido ao comité de auditoria e uma secção de KAM; e iii) a inclusão de uma secção específica sobre incertezas relevantes sobre a continuidade.

O gráfico 6 apresenta o *boxplot* das alterações mais apoiadas pelos inquiridos.

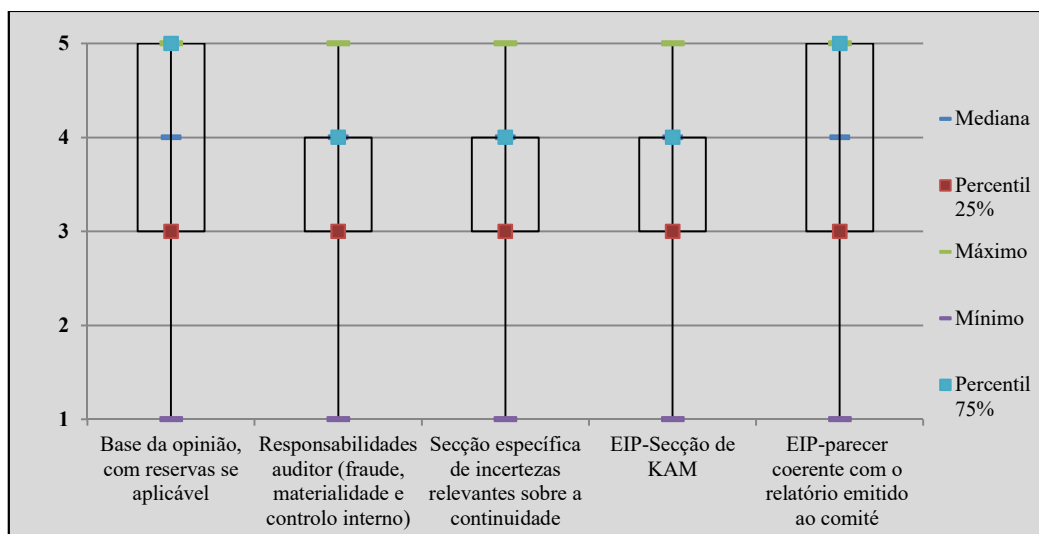


Gráfico 6: *Boxplot*-As alterações mais apoiadas pelos inquiridos

Ao analisar os *boxplots*, é perceptível que 50% das respostas se concentram entre os valores 3 e 4 da escala de *Likert*, sobressaindo o parecer ser coerente com o relatório emitido ao comité de auditoria e a secção base da opinião após a opinião, com reservas se aplicável,

em que 50% das respostas se concentram, entre os valores 3-importante e 5-extremamente importante.

Por outro lado, a alteração menos apoiada foi a inclusão na CLC das EIP da data da nomeação do auditor, com média aceitável (3,01) e um consenso baixo nas respostas (desvio padrão de 1,112). Estes resultados são unânimes para os três grupos, ainda que os ROC tivessem considerado ainda menos importante do que este item (média aceitável de 2,88), a indicação do período do mandato do auditor na CLC das EIP (média aceitável de 2,77) e a opinião como primeiro parágrafo da CLC (média aceitável de 2,74).

É importante referir que, para além da indicação da data de nomeação do auditor na CLC das EIP, outros itens obtiveram uma média, de igual modo, menos expressiva: i) com média aceitável (3,07), o esclarecimento sobre o ceticismo profissional; e ii) com média aceitável (3,12), a indicação do período do mandato do auditor na CLC das EIP. Estes dados podem ser verificados no *boxplot* apresentado no gráfico 7.

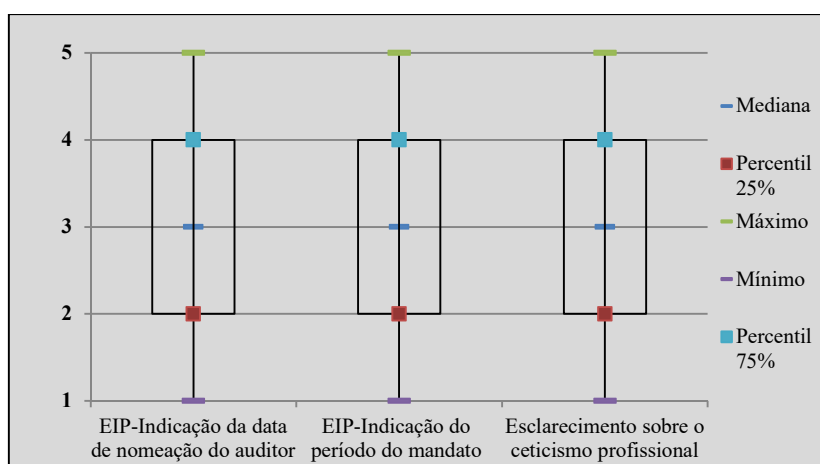


Gráfico 7: *Boxplot*-As alterações menos apoiadas pelos inquiridos

Assim, as duas alterações que sobressaem como a mais e menos apoiada, em termos globais, são a base da opinião após a opinião, com reservas se aplicável, em contraste com a menor preferência pela data de nomeação do auditor para a CLC das EIP, ainda que considerada importante. O gráfico 8 apresenta as frequências relativas destes dois itens.

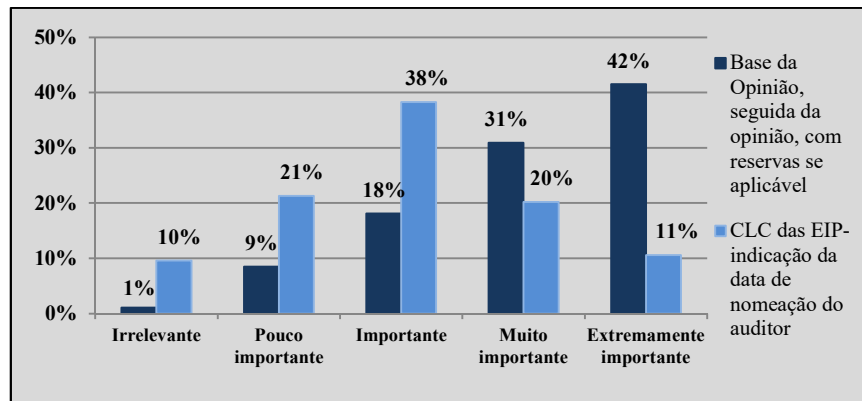


Gráfico 8: A alteração mais apoiada versus a menos apoiada

Desta forma, é possível constatar que o item menos apoiado pelos inquiridos, ainda assim, obteve 38% das respostas concentrados no valor 3-importante, 20% no valor 4-muito importante e ainda 11% no valor 5-extremamente importante. Por outro lado, destacam-se os 42% dos inquiridos a considerarem extremamente importante o reposicionamento da base da opinião logo de seguida à opinião, com reservas se aplicável, e ainda 31% como muito importante.

Por outro lado, refira-se que apesar dos ROC classificarem as alterações como importantes são os inquiridos que menor relevância atribuem às mesmas na redução das diferenças de expectativas em auditoria. A explicação para esta constatação foi obtida nas entrevistas *face-to-face*, em que os ROC afirmam que consideram as alterações de facto importantes para a redução das diferenças de expectativas em auditoria, porém temem que a CLC se torne num documento muito extenso e confuso, tornando-se de difícil leitura para o amplo leque de leitores.

Os ROC afirmam também que maior parte das alterações ao conteúdo (declarações de independência e obrigações éticas, esclarecimento sobre o papel do auditor) não são novas na atuação do auditor, apenas passam a estar clarificadas na CLC e, por isso, não as consideram muito importantes. Ainda assim, consideram que alterações são necessárias visto que as normas nacionais de auditoria têm sido pouco atualizadas nos últimos anos.

Refira-se que, na perceção de alguns entrevistados, embora poucos, o auditor iria passar a atuar com independência e ceticismo e de acordo com as obrigações éticas, quando na verdade já é um pressuposto da atividade do auditor, indicando assim que de facto existe

um desfasamento de expectativas em auditoria, e que estes esclarecimentos apontam para a redução do mesmo.

Assim, tendo como fundamento que a auditoria serve como um meio de redução da assimetria de informação entre o principal e o agente, através da certificação das contas da empresa e segundo a teoria da agência e os meios indicados por vários autores como sendo possíveis redutores das diferenças de expectativas em auditoria, pode-se afirmar que as alterações previstas para a CLC, na realidade portuguesa, podem efetivamente surtir um efeito positivo na diminuição desta diferença, na opinião dos três grupos inquiridos. Porém, tal como era expectável, tendo como fundamento a análise de vários estudos, as alterações são consideradas importantes e algumas até muito importantes, porém não extremamente importantes.

Refira-se que segundo a teoria da agência, o principal meio de controlar os agentes surge através do controlo das contas anuais e através da CLC, sendo o papel da auditoria na diminuição da assimetria de informação que existe entre o principal e o agente, remover dúvidas e validar o desempenho do agente. De facto, as alterações previstas para a CLC são em torno de um aumento de divulgação de informação para os utilizadores das DF, logo haverá um impacto na diminuição desta assimetria.

V - Conclusões

A existência de diferenças de expectativas em auditoria, isto é, o desfasamento entre o que a sociedade espera da auditoria e os resultados desta, é um facto. Por outro lado, o meio de comunicação entre auditor e os *stakeholders* é o relatório de auditoria. Assim, e apontando para uma tentativa de redução das diferenças de expectativas em auditoria, vários investigadores e organismos reuniram esforços para melhorar o valor informativo do relatório de auditoria.

Neste contexto, estão previstas alterações para o modelo da CLC, quer por força da transposição de recentes normativos europeus que remetem para a aplicação direta das novas e revistas ISA, quer por exigências nacionais adicionais. À luz da teoria da agência, este estudo teve como principal objetivo aferir o efeito esperado das alterações previstas para o relatório de auditoria no estreitamento das diferenças de expectativas, fenómeno persistente ao longo dos anos.

Assim, foram utilizados dois tipos de técnica de recolha de dados, questionários estruturados e entrevistas semiestruturadas (*face-to-face*), com a respetiva análise quantitativa (estatística descritiva) e análise de conteúdo, fazendo posteriormente a triangulação dos dados obtidos, de forma a aumentar a validade e reforçar a credibilidade dos resultados da investigação.

Concluímos que o posicionamento da secção base da opinião logo de seguida à secção opinião, como segundo parágrafo da CLC, com reservas se aplicável, é vista como a alteração que maior efeito tem na redução do desfasamento das expectativas em auditoria. Com a triangulação dos dados obtidos podemos afirmar que os inquiridos consideram que a base da opinião deve estar posicionada logo após a secção da opinião do auditor, fazendo obviamente referência a reservas, sempre que aplicável, dando de imediato o *output* do trabalho do auditor.

Para além do reposicionamento da secção base da opinião, outras alterações sobressaem na preferência dos inquiridos: i) os esclarecimentos e definições incluídas na secção das responsabilidades do auditor, principalmente a referência ao facto das distorções materiais poderem resultar de fraude ou erro, a inclusão da definição de materialidade e o esclarecimento sobre o facto das deficiências do controlo interno serem comunicadas à

gestão; ii) na CLC das EIP, a confirmação de que o parecer é coerente com o relatório emitido ao comité de auditoria e a inclusão da secção de KAM; e iii) a inclusão de uma secção específica sobre incertezas relevantes sobre a continuidade para todos os relatórios.

Importa referir que a indicação da data de nomeação do auditor e do período do mandato apenas para a CLC das EIP (existindo uma forte correlação positiva entre estes dois itens), e o esclarecimento sobre o ceticismo profissional do auditor para todos os relatórios são considerados pelos inquiridos as que menos têm relevância na redução das expectativas em auditoria.

Assim, obtivemos evidência de que as alterações previstas para a CLC têm um efeito positivo na redução das diferenças de expectativas em auditoria, sendo que os resultados se concentram entre o valor 3-importante e o valor 4-muito importante na escala de *Likert*, embora sem que seja atribuído o grau de importância máxima a nenhum dos itens analisados, tal como expectável. Por outro lado, dos grupos inquiridos, os ROC são os que menos importância atribuem às alterações, na medida em que afirmam que já atuam de acordo com a maior parte das alterações, sendo que estas apenas passam a estar claras na CLC, e ainda temem que a CLC se torne num documento extenso.

Sendo o papel da auditoria na diminuição da assimetria de informação que existe entre o principal e o agente, remover dúvidas e validar o desempenho do agente, é possível concluir que, as alterações previstas para a CLC, na perceção dos inquiridos aumentam o valor informativo da CLC, logo existe um impacto na diminuição desta assimetria.

Em suma, conclui-se que existe um efeito positivo das alterações previstas para o relatório de auditoria no estreitamento das diferenças de expectativas, à luz da teoria da agência.

É importante referir as limitações encontradas neste estudo. Assim, o número de entrevistas *face-to-face* foi reduzido, pela escassa disponibilidade dos mesmos numa altura de acréscimo de trabalho, especialmente para os profissionais de auditoria, sendo que a triangulação dos dados subjetivos com os resultados objetivos dos questionários pode ser comprometida. Por outro lado, refira-se que foram inquiridos apenas três partes interessadas pelas DF (os CEO, ROC e analistas financeiros), que apesar de terem papéis bem ativos na informação financeira, não são os únicos utilizadores das mesmas.

Na medida em que o presente estudo tem carácter prospetivo, como sugestão para uma investigação futura, considera-se pertinente aferir o impacto das alterações à CLC depois de serem implementadas, analisando se as mesmas contribuíram na prática para a redução das diferenças de expectativas em auditoria na realidade portuguesa, comparando com os resultados prospetivos obtidos neste estudo, obtendo, assim, a perceção de outras partes interessadas pelas DF.

Por outro lado, e como foram detetadas correlações positivas significativas entre várias alterações ao conteúdo da CLC, seria interessante desenvolver uma investigação de forma a aferir o impacto destas correlações nas diferenças de expectativas em auditoria.

Referências Bibliográficas

- 500 M&M - As Quinhentas Maiores e Melhores. (2015). *Revista Exame: Edição Especial*, 20, 154.
- Almeida, B. J. M. de, & Silva, A. G. da. (2013). Integração das Teorias Explicativas da Auditoria no Modelo de Accountability de Laughlin: Análise Teórica e Empírica. *Contabilidade & Gestão*, (14), 43–102. doi:10.1016/s0924-9338(13)77178-5.
- Almeida, B., & Colomina, C. (2008). Evidencia de las Diferencias de Expectativas en Auditoria en Mercados Bursátiles de Reducida Dimensión: El Caso Portugués. *Revista Contabilidade & Finanças*, 19(47), 102–111. doi:10.1590/S1519-70772008000200009.
- Chong, K. M., & Pflugrath, G. (2008). Do Different Audit Report Formats Affect Shareholder's and Auditor's Perceptions? *International Journal of Auditing*, 12(3), 221–241. doi:10.1111/j.1099-1123.2008.00381.x.
- Cordo, G. S., & Fülöp, M. T. (2015). Understanding Audit Reporting Changes: Introduction of Key Audit Matters. *Accounting and Management Information Systems*, 14(1), 128–152.
- Coutinho, C. P. (2011). *Metodologias de Investigação em Ciências Sociais e Humanas* (2nd ed.). Coimbra: Edições Almedina, S.A.
- Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro do Ministério da Justiça. Diário da República: I Série (1986). Acedido a 18 nov. 2015. Disponível em <https://dre.pt/application/file/220055>.
- Diretiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de maio de 2006. Jornal Oficial da União Europeia n.º L 157/ 87 de 9 de junho de 2006 (2006). Bruxelas. Acedido a 19 nov. 2015. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32006L0043>.
- Diretiva 2014/56/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014. Jornal Oficial da União Europeia n.º L 158/196 de 27 de maio de 2014 (2014). Bruxelas. Acedido a 20 nov. 2015. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32014L0056>.
- Fülöp, J. F. (2015). An Empirical Study of Audit Expectation Gap in Hungary. *Clube of Economics in Miskolc: Theory, Methodology, Practice*, 11(1), 37–46. doi:10.18096/TMP.2015.01.04.
- Gold, A., Gronewold, U., & Pott, C. (2012). The ISA 700 Auditor's Report and the Audit Expectation Gap - Do Explanations Matter? *International Journal of Auditing*, 16(3), 286–307. doi:10.1111/j.1099-1123.2012.00452.x.
- Gray, G., Turner, J., Coram, P., & Mock, T. (2011). Perceptions and Misperceptions Regarding the Unqualified Auditor's Report by Financial Statement Preparers, Users, and Auditors. *Accounting Horizons*, 25(4), 659–684. doi:10.2308/acch-50060.
- Gray, I., & Manson, S. (2005). *The Audit Process: Principles, Practice and Cases* (3rd ed.). London: Thomson Learning.

- Hatherly, D., Innes, J., & Brown, T. (1991). The Expanded Audit Report - An Empirical Investigation. *Accounting and Business Research*, 21(84), 311–319. doi:10.1080/00014788.1991.9729846.
- Hill, M. M., & Hill, A. (2009). *Investigação por Questionário* (2nd ed.). Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- International Auditing and Assurance Standards Board. (2012). *Invitation To Comment: Improving the Auditor's Report*. New York: International Federation of Accountants.
- ISA 240. (2015). International Standards on Auditing 240: The Auditor's Responsibilities Relating to Fraud in an Audit of Financial Statements. In *Handbook of International Quality Control, Auditing, Review, Other Assurance, and Related Services Pronouncements* (Vol. 1, pp. 162–205). New York: International Federation of Accountants.
- ISA 315. (2015). International Standards on Auditing 315: Identifying and Assessing the Risks of Material Misstatement through Understanding the Entity and Its Environment. In *Handbook of International Quality Control, Auditing, Review, Other Assurance, and Related Services Pronouncements* (Vol. 1, pp. 272–325). New York: International Federation of Accountants.
- ISA 570. (2015). International Standards on Auditing 570: Going Concern. In *Handbook of International Quality Control, Auditing, Review, Other Assurance, and Related Services Pronouncements* (Vol. 1, pp. 936–965). New York: International Federation of Accountants.
- ISA 700. (2015a). International Standards on Auditing 700: Forming an Opinion and Reporting on Financial Statements. In *Handbook of International Quality Control, Auditing, Review, Other Assurance, and Related Services Pronouncements* (Vol. 1, pp. 685–713). New York: International Federation of Accountants.
- ISA 700. (2015b). International Standards on Auditing 700: Forming an Opinion and Reporting on Financial Statements. In *Handbook of International Quality Control, Auditing, Review, Other Assurance, and Related Services Pronouncements* (Vol. 1, pp. 966–1022). New York: International Federation of Accountants.
- ISA 701. (2015). International Standards on Auditing 701: Communicating Key Audit Matters in the Independent Auditor's Report. In *Handbook of International Quality Control, Auditing, Review, Other Assurance, and Related Services Pronouncements* (Vol. 1, pp. 1023–1046). New York: International Federation of Accountants.
- ISA 705. (2015). International Standards on Auditing 705: Modifications to the Opinion in the Independent Auditor's Report. In *Handbook of International Quality Control, Auditing, Review, Other Assurance, and Related Services Pronouncements* (Vol. 1, pp. 1047–1078). New York: International Federation of Accountants.
- ISA 720. (2015). International Standards on Auditing 720: The Auditor's Responsibilities Relating to Other Information Containing Audited Financial Statements. In *Handbook of International Quality Control, Auditing, Review, Other Assurance, and Related Services Pronouncements* (Vol. 1, pp. 1098–1149). New York: International Federation of Accountants.
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the Firm : Managerial Behavior ,

- Agency Costs and Ownership Structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 304–360. doi:10.1016/0304-405X(76)90026-X.
- Kiss, C., Fulop, L., & Cordos, G. (2015). Revelant Aspects Regarding the Changes of the Statutory Audit Report in the Light of International Regulations. *Audit Financiar*, 13(126), 63–73.
- Koh, H. C., & Woo, E. (1998). The Expectation Gap in Auditing. *Managerial Auditing Journal*, 13(3), 147–154. doi:10.1108/02686909810208038.
- Lei n.º 140/2015 de 7 de setembro da Assembleia da República. Diário da República: I Série (2015). Acedido a 30 nov. 2015. Disponível em <https://dre.pt/application/file/70202882>.
- Lei n.º 148/2015, de 09 de Setembro da Assembleia da República. Diário da República: I Série (2015). Acedido a 30 nov. 2015. Disponível em <https://dre.pt/application/file/70236404>.
- Liggio, C. (1974). The Expectation Gap: The Accountant's Legal Waterloo. *Journal of Contemporary Business*, 3(3), 27–44.
- McEnroe, J., & Martens, S. (2001). Auditors' and Investors' Perceptions of the Expectation Gap. *Accounting Horizons*, 15(4), 345–358.
- Mock, T., Bédard, J., Coram, P., Davis, S., Espahbodi, R., & Warne, R. (2013). The Audit Reporting Model: Current Research Synthesis and Implications. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 32(SUPPL.1), 323–351. doi:10.2308/ajpt-50294.
- Morgado, J. C. (2000). *A (Des)Construção da Autonomia Curricular*. Lisboa: Edições ASA, S.A.
- Okafor, C., & Otalor, J. (2013). Narrowing the Expectation Gap in Auditing: The Role of the Auditing Profession. *Research Journal of Finance and Accounting*, 4(2), 43–52.
- Porter, B. (1993). An Empirical Study of the Audit Expectation-Performance Gap. *Accounting and Business Research*, 24(93), 49–68. doi:10.1080/00014788.1993.9729463.
- Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014. Jornal Oficial da União Europeia n.º L 158/77 de 16 de abril de 2014 (2014). Bruxelas. Acedido a 26 jan. 2016. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32014R0537>.
- Ruhnke, K., & Schmidt, M. (2014). The Audit Expectation Gap: Existence, Causes, and the Impact of Changes. *Accounting and Business Research*, 44(5), 572–601. doi:10.1080/00014788.2014.929519.
- SEC. (2002). *Portal da U.S. Securities and Exchange Commission. Sarbanes- Oxley Act of 2002*. Disponível em <https://www.sec.gov/>.
- Shannon, C., & Weaver, W. (1949). *The Mathematical Theory of Communication*. University of Illinois Press. Disponível em <https://books.google.pt/books?id=OmK8QgAACAAJ>.
- Simnett, R., & Huggins, A. (2014). Enhancing the Auditor's Report: To What Extent is There Support for the IAASB's Proposed Changes? *Accounting Horizons*, 28(4), 719–

747. doi:10.2308/acch-50791.

União Europeia. Comissão Europeia. (2010). *Livro Verde: Política de Auditoria: as Lições da Crise*. Bruxelas: Comissão Europeia.

Vanstraelen, A., Schelleman, C., Meuwissen, R., & Hofmann, I. (2012). The Audit Reporting Debate: Seemingly Intractable Problems and Feasible Solutions. *European Accounting Review*, 21(2), 193–215. doi:10.1080/09638180.2012.687506.

Vilelas, J. (2009). *Investigação - O processo de Construção do Conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.

Wolf, F., Tackett, J., & Claypool, G. (1999). *Audit Disaster Futures: Antidotes for the Expectation Gap? Managerial Auditing Journal* (Vol. 14). doi:10.1108/02686909910301556.

Anexo A: Questionário

O meu nome é Juliana Veiga, sou aluna do Mestrado em Contabilidade – ramo de Auditoria da Universidade de Aveiro e no âmbito da dissertação de Mestrado estou a analisar a perceção dos utilizadores das DF quanto ao efeito das alterações previstas para a CLC no conteúdo informativo deste. Neste contexto a sua participação é fundamental, razão pela qual solicito 5 minutos do seu tempo para responder ao questionário apresentado de seguida.

Agradeço desde já a sua colaboração, tomando o compromisso de confidencialidade das respostas, que serão exclusivamente utilizadas para a investigação académica em causa.

Nota: Estão previstas algumas alterações para o modelo de CLC quer por força da transposição de normativos europeus que remetem para a utilização das ISA, quer por exigências nacionais. O objetivo principal destas alterações é aumentar o valor informativo da CLC, sendo uma tentativa de redução das diferenças de expectativas em auditoria, isto é, o desfasamento entre o que a sociedade espera da Auditoria e os resultados desta.

Parte I – Perfil do inquirido

1) Idade

<input type="checkbox"/>	< 25 Anos
<input type="checkbox"/>	25 a 35 Anos
<input type="checkbox"/>	36 a 45 Anos
<input type="checkbox"/>	46 a 55 Anos
<input type="checkbox"/>	> 55 Anos

2) Género

<input type="checkbox"/>	Feminino
<input type="checkbox"/>	Masculino

3 a) Habilitações Literárias

<input type="checkbox"/>	12.º Ano
<input type="checkbox"/>	Bacharelato
<input type="checkbox"/>	Licenciatura
<input type="checkbox"/>	Mestrado
<input type="checkbox"/>	Doutoramento
<input type="checkbox"/>	Outra *

* Qual? _____

3 b) Indique a sua área de formação

--

4) Indique a sua experiência profissional

<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
< 5	5 a 10	11 a 15	16 a 20	> 20
Anos	Anos	Anos	Anos	Anos

Parte II – Recolha de opiniões

Questão 1: Tendo presente o objetivo de reduzir as expectativas de auditoria, indique para cada uma das **situações descritas relativas ao conteúdo proposto para a CLC**, o grau de importância que lhe atribui (Escala: 1- irrelevante; 2- pouco importante; 3- importante; 4- muito importante; 5- extremamente importante):

Conteúdo proposto para a CLC		1	2	3	4	5
Q1.1	Opinião como 1.º parágrafo da CLC					
Q1.2	Inclusão de uma secção a seguir à opinião designada de base da opinião que contenha:					
Q1.2.1	Reservas, se aplicável					
Q1.2.2	Declaração sobre as obrigações éticas do auditor					
Q1.2.3	Declaração sobre a independência do auditor					
Q1.3	Alargamento do conteúdo da secção das responsabilidades do auditor					
Q1.4	Parte do conteúdo da secção das responsabilidades do auditor passa a poder ser apresentada em anexo à CLC					
Q1.5	Inclusão na secção das responsabilidades da gestão da sua responsabilidade em avaliar o pressuposto da continuidade					
Q1.6	Inclusão de uma secção específica de incertezas relevantes sobre a continuidade					
Q1.7	Inclusão de parecer sobre o relatório de governo societário, quando aplicável					

Questão 2: Tendo presente o objetivo de reduzir as expectativas de auditoria, indique para cada um dos **esclarecimentos propostos para a secção das responsabilidades do auditor da CLC**, o grau de importância que lhe atribui (Escala: 1- irrelevante; 2- pouco importante; 3- importante; 4- muito importante; 5- extremamente importante):

Esclarecimento na secção das responsabilidades do auditor		1	2	3	4	5
Q2.1	Definição de segurança razoável					
Q2.2	Definição de materialidade					
Q2.3	O exercício de julgamento profissional					
Q2.4	Ceticismo profissional					
Q2.5	O facto das distorções materiais poderem resultar de fraude ou erro					
Q2.6	Do risco de não detetar as distorções ser maior quando há fraude					
Q2.7	Os itens que foram comunicados aos responsáveis pela gestão					
Q2.8	O facto das deficiências de controlo interno serem comunicadas à gestão					

Questão 3: Tendo presente o objetivo de reduzir as expectativas de auditoria, indique para cada uma das **situações propostas para a CLC das EIP**, o grau de importância que lhe atribui (Escala: 1- irrelevante; 2- pouco importante; 3- importante; 4- muito importante; 5- extremamente importante):

Situações propostas para as EIP		1	2	3	4	5
Q3.1	Inclusão de uma secção relativa a questões fundamentais de auditoria que no julgamento do auditor tiveram maior significado no processo de auditoria e que são seleccionadas a partir de matérias comunicadas aos responsáveis pela gestão					
Q3.2	Indicação da pessoa ou órgão que nomeou o auditor					
Q3.3	Indicação da data de nomeação do auditor					
Q3.4	Indicação do período do mandato					
Q3.5	Confirmação de que o parecer é coerente com o relatório emitido ao comité de auditoria					

Obrigada pela colaboração!

Anexo B: Frequências absolutas e relativas – Globais

Questões do Questionário	Escala de <i>Likert</i> – Respostas Globais									
	1 - Irrelevante		2 - Pouco Importante		3 - Importante		4 - Muito Importante		5 - Extrem. Importante	
	Frequência absoluta	Frequência relativa %	Frequência absoluta	Frequência relativa %	Frequência absoluta	Frequência relativa %	Frequência absoluta	Frequência relativa %	Frequência absoluta	Frequência relativa %
Q 1.1	8	8,5	19	20,2	26	27,7	22	23,4	19	20,2
Q 1.2.1	1	1,1	8	8,5	17	18,1	29	30,9	39	41,5
Q 1.2.2	4	4,3	25	26,6	24	25,5	28	29,8	13	13,8
Q 1.2.3	3	3,2	15	16,0	25	26,6	30	31,9	21	22,3
Q 1.3	5	5,3	13	13,8	32	34,0	31	33,0	13	13,8
Q 1.4	8	8,5	17	18,1	33	35,1	24	25,5	12	12,8
Q 1.5	8	8,5	7	7,4	31	33,0	28	29,8	20	21,3
Q 1.6	4	4,3	8	8,5	27	28,7	38	40,4	17	18,1
Q 1.7	5	5,3	14	14,9	38	40,4	25	26,6	12	12,8
Q 2.1	1	1,1	8	8,5	31	33,0	44	46,8	10	10,6
Q 2.2	1	1,1	4	4,3	26	27,7	50	53,2	13	13,8
Q 2.3	1	1,1	11	11,7	42	44,7	31	33,0	9	9,6
Q 2.4	5	5,3	19	20,2	42	44,7	20	21,3	8	8,5
Q 2.5	2	2,1	4	4,3	27	28,7	39	41,5	22	23,4
Q 2.6	1	1,1	6	6,4	35	37,2	34	36,2	18	19,1
Q 2.7	3	3,2	9	9,6	28	29,8	34	36,2	20	21,3
Q 2.8	2	2,1	8	8,5	25	26,6	38	40,4	21	22,3
Q 3.1	4	4,3	5	5,3	26	27,7	44	46,8	15	16,0
Q 3.2	8	8,5	18	19,1	23	24,5	28	29,8	17	18,1
Q 3.3	9	9,6	20	21,3	36	38,3	19	20,2	10	10,6
Q 3.4	6	6,4	23	24,5	32	34,0	20	21,3	13	13,8
Q 3.5	4	4,3	9	9,6	24	25,5	32	34,0	25	26,6

Anexo C: Frequências absolutas e relativas – Analistas

Questões do Questionário	Escala de <i>Likert</i> – Analistas Financeiros									
	1 - Irrelevante		2 - Pouco Importante		3 - Importante		4 - Muito Importante		5 - Extrem. Importante	
	Frequência absoluta	Frequência relativa %	Frequência absoluta	Frequência relativa %	Frequência absoluta	Frequência relativa %	Frequência absoluta	Frequência relativa %	Frequência absoluta	Frequência relativa %
Q 1.1	1	5,6	1	5,6	9	50,0	3	16,7	4	22,2
Q 1.2.1	0	0,0	0	0,0	1	5,6	3	16,7	14	77,8
Q 1.2.2	0	0,0	3	16,7	6	33,3	7	38,9	2	11,1
Q 1.2.3	0	0,0	0	0,0	6	33,3	8	44,4	4	22,2
Q 1.3	0	0,0	0	0,0	8	44,4	8	44,4	2	11,1
Q 1.4	0	0,0	1	5,6	8	44,4	8	44,4	1	5,6
Q 1.5	0	0,0	1	5,6	8	44,4	8	44,4	1	5,6
Q 1.6	1	5,6	1	5,6	4	22,2	9	50,0	3	16,7
Q 1.7	0	0,0	3	16,7	4	22,2	8	44,4	3	16,7
Q 2.1	0	0,0	1	5,6	8	44,4	8	44,4	1	5,6
Q 2.2	0	0,0	0	0,0	8	44,4	9	50,0	1	5,6
Q 2.3	0	0,0	2	11,1	8	44,4	7	38,9	1	5,6
Q 2.4	1	5,6	3	16,7	8	44,4	4	22,2	2	11,1
Q 2.5	0	0,0	0	0,0	1	5,6	14	77,8	3	16,7
Q 2.6	0	0,0	0	0,0	6	33,3	9	50,0	3	16,7
Q 2.7	0	0,0	1	5,6	6	33,3	9	50,0	2	11,1
Q 2.8	0	0,0	1	5,6	2	11,1	12	66,7	3	16,7
Q 3.1	0	0,0	1	5,6	5	27,8	10	55,6	2	11,1
Q 3.2	1	5,6	2	11,1	4	22,2	10	55,6	1	5,6
Q 3.3	0	0,0	3	16,7	10	55,6	4	22,2	1	5,6
Q 3.4	0	0,0	3	16,7	9	50,0	3	16,7	3	16,7
Q 3.5	0	0,0	1	5,6	2	11,1	10	55,6	5	27,8

Anexo D: Frequências absolutas e relativas – ROC

Questões do Questionário	Escala de <i>Likert</i> – ROC									
	1 - Irrelevante		2 - Pouco Importante		3 - Importante		4 - Muito Importante		5 - Extrem. Importante	
	Frequência absoluta	Frequência relativa %	Frequência absoluta	Frequência relativa %	Frequência absoluta	Frequência relativa %	Frequência absoluta	Frequência relativa %	Frequência absoluta	Frequência relativa %
Q 1.1	5	14,7	13	38,2	6	17,6	6	17,6	4	11,8
Q 1.2.1	0	0,0	7	20,6	10	29,4	10	29,4	7	20,6
Q 1.2.2	2	5,9	12	35,3	9	26,5	8	23,5	3	8,8
Q 1.2.3	1	2,9	8	23,5	9	26,5	11	32,4	5	14,7
Q 1.3	1	2,9	10	29,4	12	35,3	9	26,5	2	5,9
Q 1.4	5	14,7	10	29,4	10	29,4	6	17,6	3	8,8
Q 1.5	3	8,8	3	8,8	9	26,5	7	20,6	12	35,3
Q 1.6	1	2,9	4	11,8	11	32,4	10	29,4	8	23,5
Q 1.7	1	2,9	6	17,6	18	52,9	5	14,7	4	11,8
Q 2.1	0	0,0	6	17,6	11	32,4	13	38,2	4	11,8
Q 2.2	0	0,0	4	11,8	12	35,3	15	44,1	3	8,8
Q 2.3	0	0,0	7	20,6	14	41,2	11	32,4	2	5,9
Q 2.4	2	5,9	6	17,6	17	50,0	6	17,6	3	8,8
Q 2.5	1	2,9	3	8,8	13	38,2	14	41,2	3	8,8
Q 2.6	0	0,0	3	8,8	15	44,1	13	38,2	3	8,8
Q 2.7	0	0,0	5	14,7	11	32,4	12	35,3	6	17,6
Q 2.8	0	0,0	5	14,7	8	23,5	14	41,2	7	20,6
Q 3.1	1	2,9	3	8,8	9	26,5	16	47,1	5	14,7
Q 3.2	2	5,9	9	26,5	7	20,6	10	29,4	6	17,6
Q 3.3	3	8,8	11	32,4	9	26,5	9	26,5	2	5,9
Q 3.4	4	11,8	11	32,4	9	26,5	9	26,5	1	2,9
Q 3.5	3	8,8	4	11,8	9	26,5	10	29,4	8	23,5

Anexo E: Frequências absolutas e relativas – CEO

Questões do Questionário	Escala de <i>Likert</i> – CEO									
	1 - Irrelevante		2 - Pouco Importante		3 - Importante		4 - Muito Importante		5 - Extrem. Importante	
	Frequência absoluta	Frequência relativa %	Frequência absoluta	Frequência relativa %	Frequência absoluta	Frequência relativa %	Frequência absoluta	Frequência relativa %	Frequência absoluta	Frequência relativa %
Q 1.1	2	4,8	5	11,9	11	26,2	13	31,0	11	26,2
Q 1.2.1	1	2,4	1	2,4	6	14,3	16	38,1	18	42,9
Q 1.2.2	2	4,8	10	23,8	9	21,4	13	31,0	8	19,0
Q 1.2.3	2	4,8	7	16,7	10	23,8	11	26,2	12	28,6
Q 1.3	4	9,5	3	7,1	12	28,6	14	33,3	9	21,4
Q 1.4	3	7,1	6	14,3	15	35,7	10	23,8	8	19,0
Q 1.5	5	11,9	3	7,1	14	33,3	13	31,0	7	16,7
Q 1.6	2	4,8	3	7,1	12	28,6	19	45,2	6	14,3
Q 1.7	4	9,5	5	11,9	16	38,1	12	28,6	5	11,9
Q 2.1	1	2,4	1	2,4	12	28,6	23	54,8	5	11,9
Q 2.2	1	2,4	0	0,0	6	14,3	26	61,9	9	21,4
Q 2.3	1	2,4	2	4,8	20	47,6	13	31,0	6	14,3
Q 2.4	2	4,8	10	23,8	17	40,5	10	23,8	3	7,1
Q 2.5	1	2,4	1	2,4	13	31,0	11	26,2	16	38,1
Q 2.6	1	2,4	3	7,1	14	33,3	12	28,6	12	28,6
Q 2.7	3	7,1	3	7,1	11	26,2	13	31,0	12	28,6
Q 2.8	2	4,8	2	4,8	15	35,7	12	28,6	11	26,2
Q 3.1	3	7,1	1	2,4	12	28,6	18	42,9	8	19,0
Q 3.2	5	11,9	7	16,7	12	28,6	8	19,0	10	23,8
Q 3.3	6	14,3	6	14,3	17	40,5	6	14,3	7	16,7
Q 3.4	2	4,8	9	21,4	14	33,3	8	19,0	9	21,4
Q 3.5	1	2,4	4	9,5	13	31,0	12	28,6	12	28,6

Anexo F: Correlações de Spearman – resultados globais

94 observações		Q1.1	Q1.2.1	Q1.2.2	Q1.2.3	Q1.3	Q1.4	Q1.5	Q1.6	Q1.7	Q2.1	Q2.2	Q2.3	Q2.4	Q2.5	Q2.6	Q2.7	Q2.8	Q3.1	Q3.2	Q3.3	Q3.4	Q3.5
Q1.1	Coef. correlação Sig. (bilateral)	1																					
Q1.2.1	Coef. correlação Sig.(bilateral)	0,445 0,000	1																				
Q1.2.2	Coef. correlação Sig.(bilateral)	0,227* 0,028	0,398 0,000	1																			
Q1.2.3	Coef. correlação Sig.(bilateral)	0,301 0,003	0,419 0,000	0,832 0,000	1																		
Q1.3	Coef. correlação Sig.(bilateral)	0,287 0,005	0,418 0,000	0,603 0,000	0,552 0,000	1																	
Q1.4	Coef. correlação Sig.(bilateral)	0,345 0,001	0,438 0,000	0,394 0,000	0,331 0,001	0,486 0,000	1																
Q1.5	Coef. correlação Sig.(bilateral)	0,157 0,131	0,318 0,000	0,503 0,000	0,450 0,000	0,441 0,000	0,288 0,005	1															
Q1.6	Coef. correlação Sig.(bilateral)	0,129 0,214	0,276 0,007	0,400 0,000	0,388 0,000	0,230* 0,026	0,208* 0,044	0,630 0,000	1														
Q1.7	Coef. correlação Sig.(bilateral)	0,240* 0,020	0,307 0,003	0,530 0,000	0,463 0,000	0,150 0,148	0,197 0,057	0,259* 0,012	0,410 0,000	1													
Q2.1	Coef. correlação Sig.(bilateral)	0,271 0,008	0,311 0,002	0,405 0,000	0,396 0,000	0,293 0,004	0,217* 0,035	0,319 0,002	0,265 0,010	0,242* 0,019	1												
Q2.2	Coef. correlação Sig.(bilateral)	0,357 0,000	0,463 0,000	0,436 0,000	0,368 0,000	0,396 0,000	0,390 0,000	0,367 0,000	0,271 0,008	0,183 0,078	0,662 0,000	1											
Q2.3	Coef. correlação Sig.(bilateral)	0,243* 0,018	0,399 0,000	0,710 0,000	0,591 0,000	0,557 0,000	0,370 0,000	0,479 0,000	0,269 0,009	0,359 0,000	0,565 0,000	0,603 0,000	1										
Q2.4	Coef. correlação Sig.(bilateral)	0,134 0,198	0,203* 0,049	0,483 0,000	0,419 0,000	0,436 0,000	0,320 0,002	0,385 0,000	0,166 0,110	0,111 0,285	0,511 0,000	0,513 0,000	0,660 0,000	1									
Q2.5	Coef. correlação Sig.(bilateral)	0,305 0,000	0,432 0,000	0,613 0,000	0,632 0,000	0,410 0,000	0,285 0,005	0,420 0,000	0,345 0,001	0,348 0,001	0,442 0,000	0,411 0,000	0,631 0,000	0,340 0,001	1								
Q2.6	Coef. correlação Sig.(bilateral)	0,167 0,107	0,268 0,009	0,592 0,000	0,563 0,000	0,439 0,000	0,308 0,003	0,500 0,000	0,297 0,004	0,268 0,009	0,416 0,000	0,406 0,000	0,616 0,000	0,507 0,000	0,753 0,000	1							
Q2.7	Coef. correlação Sig.(bilateral)	0,173 0,095	0,385 0,000	0,360 0,000	0,324 0,001	0,365 0,000	0,345 0,001	0,472 0,000	0,213* 0,039	0,136 0,190	0,482 0,000	0,457 0,000	0,557 0,000	0,485 0,000	0,508 0,000	0,573 0,000	1						
Q2.8	Coef. correlação Sig.(bilateral)	0,189 0,069	0,353 0,000	0,428 0,000	0,464 0,000	0,412 0,000	0,252* 0,014	0,515 0,000	0,254* 0,013	0,314 0,002	0,450 0,000	0,340 0,001	0,538 0,000	0,417 0,000	0,495 0,000	0,631 0,000	0,766 0,000	1					
Q3.1	Coef. correlação Sig.(bilateral)	0,229* 0,027	0,360 0,000	0,498 0,000	0,424 0,000	0,402 0,000	0,440 0,000	0,575 0,000	0,503 0,000	0,317 0,002	0,343 0,001	0,389 0,000	0,464 0,000	0,326 0,001	0,500 0,000	0,471 0,000	0,510 0,000	0,468 0,000	1				
Q3.2	Coef. correlação Sig.(bilateral)	0,287 0,005	0,187 0,071	0,452 0,000	0,407 0,000	0,282 0,006	0,413 0,000	0,324 0,000	0,243* 0,018	0,270 0,008	0,160 0,125	0,203* 0,049	0,336 0,001	0,293 0,004	0,336 0,001	0,324 0,001	0,279 0,007	0,280 0,006	0,468 0,000	1			
Q3.3	Coef. correlação Sig.(bilateral)	0,243* 0,018	0,223* 0,031	0,428 0,000	0,353 0,000	0,310 0,002	0,335 0,001	0,303 0,003	0,252* 0,014	0,163 0,117	0,274 0,007	0,249* 0,015	0,349 0,001	0,240* 0,020	0,381 0,000	0,295 0,004	0,313 0,002	0,322 0,002	0,400 0,000	0,717 0,000	1		
Q3.4	Coef. correlação Sig.(bilateral)	0,361 0,000	0,317 0,002	0,421 0,000	0,360 0,000	0,381 0,000	0,357 0,000	0,351 0,001	0,255* 0,013	0,184 0,076	0,396 0,000	0,337 0,001	0,394 0,000	0,310 0,002	0,467 0,000	0,428 0,000	0,413 0,000	0,432 0,000	0,446 0,000	0,629 0,000	0,827 0,000	1	
Q3.5	Coef. correlação Sig.(bilateral)	0,373 0,000	0,400 0,000	0,506 0,000	0,533 0,000	0,317 0,002	0,371 0,000	0,456 0,000	0,399 0,000	0,344 0,001	0,396 0,000	0,395 0,000	0,433 0,000	0,300 0,003	0,532 0,000	0,524 0,000	0,477 0,000	0,517 0,000	0,677 0,000	0,540 0,000	0,524 0,000	0,640 0,000	1

*A correlação é significativa no nível 0,05 (bilateral)

